



INSTITUTO  
**ETHOS**

EMPRESAS E  
RESPONSABILIDADE  
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL  
RESPONSIBILITY



O QUE AS  
**EMPRESAS**  
PODEM  
FAZER PELA



**ERRADICAÇÃO  
DA POBREZA**

O QUE AS  
EMPRESAS  
PODEM FAZER  
PELA  
ERRADICAÇÃO  
DA POBREZA

*Ilka Camarotti e Peter Spink*

*Projeto Práticas Públicas e Pobreza*

*Programa Gestão Pública e Cidadania*

*Escola de Administração de Empresas de São Paulo  
da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV)*

INSTITUTO  
ETHOS

EMPRESAS E  
RESPONSABILIDADE  
SOCIAL  
BUSINESS AND SOCIAL  
RESPONSIBILITY

## O Que as Empresas Podem Fazer pela Erradicação da Pobreza

é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente a seus associados.

### Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social  
Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, Conj. 1407, 05414-020, São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3897-2400 / Fax: (11) 3897-2424  
Site: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

### Patrocínio

Avon, Cyrela Brazil Realty, Motorola, Sadia,

### Apoio Institucional

Inter-American Foundation (IAF)  
Interchurch Organization for Development Cooperation (ICCO)

### Autoria

Ilka Camarotti e Peter Spink, com a colaboração de Diego Pedalino, Fernanda de Oliveira, Francine Lemos, Luís Fujiwara, Marco Antônio Teixeira e Rafael Osório, do Projeto Práticas Públicas e Pobreza do Programa Gestão Pública e Cidadania da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaes-p-FGV)

### Colaboradores do Instituto Ethos

Benjamin S. Gonçalves, Carmen Weingrill (coordenadora), Gustavo Baraldi, Karinna B. Forlenza (captação), Leno F. Silva, Paulo Itacarambi e Sheila Saraiva

### Edição

Sérgio Alli, Thais Sauaya Pereira, Sonia Regina Ribeiro e Rodrigo César Zanetti  
Baleia Comunicação

### Projeto e produção gráfica

Heloíse Amaral, Waldemar Zaidler, William Haruo  
Planeta Terra Criação e Produção

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camarotti, Ilka O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza / Ilka Camarotti e Peter Spink. São Paulo : Instituto Ethos, 2003  ISBN 85-88046-08-3  1. Pobreza 2. Pobreza - Brasil 3. Responsabilidade social das empresas (Brasil) I. Spink, Peter II. Título  03-4395  CDD-362.580981
---

### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Pobreza : Erradicação : Responsabilidade social empresarial : Bem-estar social 362.580981

Tiragem: 7 mil exemplares  
São Paulo, agosto de 2003.

Permitida a reprodução desta publicação, desde que previamente autorizada, por escrito, pelo Instituto Ethos.

### Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
  2. Não fazemos consultoria e não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
  3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos "selo" com essa função.
  4. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.
- Caso tenha alguma dúvida, ou queira nos consultar sobre as atividades de apoio do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, pelo [link](mailto:link@ethos.org.br) Fale Conosco, no qual será possível identificar a área mais apropriada para atender você.

Impresso em Reciclato — capa 240 g/m<sup>2</sup>, miolo 90 g/m<sup>2</sup> — da Cia. Suzano, o offset brasileiro 100% reciclado.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	5
<b>O que é pobreza?</b>	9
Pobreza e direitos	13
Pobreza e exclusão social	15
Pobreza e renda	15
Concentração de renda no Brasil	16
Uma nova atitude	17
<b>A magnitude do problema no Brasil</b>	19
Distribuição de renda	21
Emprego e desemprego	25
Educação e alfabetização	30
Desigualdades na saúde	34
Água e moradia adequadas	40
O Brasil face à violência	46
Equidade	50
<b>Os caminhos da ação</b>	53
Dois eixos de atuação	57
Indicadores ajudam a planejar e monitorar ações	59
Indicadores e temas	59
1. Valores e Transparência	59
2. Público Interno	60
3. Meio Ambiente	60
4. Fornecedores	61
5. Consumidores e Clientes	61
6. Comunidade	62
7. Governo e Sociedade	62
<b>O que sua empresa faz ou poderia fazer?</b>	63
Gabarito de iniciativas para a erradicação da pobreza	67

<b>Experiências que contribuem para a erradicação da pobreza</b>	77
Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb)	81
Couro Vegetal da Amazônia	83
Coca-Cola Brasil	85
Companhia Energética Santa Elisa	86
DuPont	87
Pastoral da Criança	88
Programa Escola Pantaneira	89
Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove)	90
Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro	91
Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil	93
Projeto Arte Baniwa	95
Projeto Jeju - Reflorestamento de Palmito	96
Rede Pintadas	97
Projeto Pescar	99
Real Food	100
Shell Brasil	101
<b>Outras ações</b>	103
Alumina do Norte do Brasil	105
Amanco Brasil	105
Barracões Culturais da Cidadania	106
Celulose do Maranhão (Celmar)	106
Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho	107
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	107
Doceria Beijinho Doce	108
Natura Cosméticos	108
Organizações Globo	109
RLM Comércio de Alimentos	109
Viação Santa Cruz	110
<b>Sites de referência</b>	111



# APRESENTAÇÃO





Brasil que possui o nono maior PIB do planeta é um país rico e com grande potencial econômico. Já o Brasil que apresenta a quarta pior distribuição de renda do mundo, em que os 10% mais pobres ficam com apenas 0,9% da renda, é um país tragicamente marcado pela pobreza. Fazer desses dois Brasis um país digno, que assegure os direitos básicos de cidadania a toda a população, é um desafio cada vez mais urgente.

Para as empresas, adotar políticas corporativas voltadas para a transformação do quadro social é mais do que uma questão de filantropia ou boa vontade de seus dirigentes. É uma atitude de responsabilidade social empresarial, decorrente da necessidade ética de devolver para a sociedade parte dos benefícios que nela as empresas obtêm. Também é sinal de visão estratégica, porque contribuir para a sustentabilidade social significa investir no futuro da economia e das próprias empresas.

Atuar de acordo com a responsabilidade social empresarial significa ir além das obrigações legais e dos interesses imediatos. Assim, a empresa deve levar em conta os impactos de suas atividades em seus parceiros, na comunidade e na sociedade. Afinal, dependendo de suas estratégias de gestão, uma empresa pode tornar-se fonte de geração de pobreza ou evitar que isso ocorra.

Certamente a erradicação da pobreza está vinculada ao desempenho da economia nacional e, por isso, depende fortemente da ação dos diferentes níveis de governo. Mas as múltiplas iniciativas empresariais que podem ser implementadas para a redução das desigualdades, assim como a participação ativa de outros setores da sociedade, terão papel decisivo para a conquista desse objetivo.

É preciso, neste momento, fazer com que os problemas sociais deixem de ser um tema à margem da organização. A direção da empresa pode liderar esse processo, tornando a erradicação da pobreza um eixo prioritário em seu



planejamento e em suas ações. Internamente, as relações com funcionários, fornecedores, clientes e consumidores devem ser examinadas. Trata-se de avaliar em que medida essas relações podem estar, direta ou indiretamente, gerando situações de pobreza ou, ao contrário, contribuindo para sua superação.

A mobilização da sociedade e a prioridade dada pelos governos à questão social são fatores novos no enfrentamento da pobreza. Mas não estão começando hoje. É importante conhecer as inúmeras experiências locais que vêm sendo desenvolvidas com êxito e podem servir de exemplo para iniciativas em escala mais abrangente. Por isso, fomos buscar o conhecimento acumulado pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza, que faz parte do Programa Gestão Pública e Cidadania desenvolvido pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV) e pela Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).


As três primeiras partes do texto apresentam uma análise do que é a pobreza, com dados numéricos sobre a situação brasileira, e apontam alguns eixos possíveis para pensar ações que favoreçam a erradicação da pobreza. Em seguida, realiza-se uma síntese dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e se propõe um exercício que busca demonstrar como essa metodologia pode servir de base para o monitoramento de ações sociais da empresa.

A parte final relata um conjunto de experiências voltadas para a erradicação da pobreza, mostrando linhas de ação que as empresas podem adotar e as possibilidades que se abrem quando decidimos somar esforços para apoiar ações já existentes, bem-sucedidas e de interesse verdadeiramente público.

Esperamos que a publicação **O Que as Empresas Podem Fazer pela Erradicação da Pobreza** sirva de referência e estímulo para a participação do setor empresarial no processo de mudança da sociedade brasileira, numa perspectiva de desenvolvimento econômico com justiça social.



# O QUE É POBREZA?



**Pobreza e direitos**

---

**Pobreza e exclusão social**

---

**Pobreza e renda**

---

**Concentração de renda no Brasil**

---

**Uma nova atitude**

---

**R**econhece-se que enfrentar a pobreza e diminuir as desigualdades sociais são essenciais ao desenvolvimento e à democracia de um país. Sabe-se também que estudos, dados estatísticos e relatos sobre casos específicos ilustram o debate nacional em torno da necessidade de políticas e de ações concretas para a promoção da inclusão social e da cidadania. Assiste-se ainda a significativas mobilizações sobre a importância de todos os atores públicos, não-governamentais e privados se unirem frente ao agravamento das condições de vida da maioria da população brasileira. Assim, esta publicação pretende contribuir com essa sensibilização, porém direcionada a um setor específico: as empresas. Com isso, visamos responder à seguinte pergunta formulada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social a algumas de suas empresas associadas: “O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza?”.

Ao buscar uma resposta a essa questão, não é nossa intenção afirmar que as empresas podem e devem resolver sozinhas todos os problemas sociais. Ao contrário, a pobreza em suas dimensões atuais, por exemplo, é resultado de diversos processos econômicos e sociais complexos, como também consequência de várias tentativas malsucedidas de erradicá-la, as quais acabaram por produzir efeito oposto ao pretendido. A erradicação da pobreza, dessa forma, exige também a participação de diversos atores sociais e governamentais. Infelizmente, temos de reconhecer que tanto a “indústria da pobreza” quanto a “indústria da seca” ainda são grandes desafios a ser vencidos.

Agir para erradicar a pobreza é, antes de tudo, uma responsabilidade de todos os níveis de governo. Já cobrar do Estado uma ação efetiva é uma responsabilidade de todos nós. Entretanto, as responsabilidades não terminam nessas ações: o governo pode e deve nos indagar sobre qual é a parte das empresas e da sociedade civil nesse processo, sobre o que fazemos enquanto pessoas jurídicas

e físicas em nosso dia-a-dia. Ajudamos ou não ajudamos? Somos parte do problema ou parte da solução?

Para responder, pelo menos parcialmente, a essas questões, é importante não somente discutir esses problemas, como também olhar para algumas possibilidades de ação. Nesta publicação, procuramos contemplar esses dois aspectos.

Este texto não pretende ser um “manual de A a Z” sobre a pobreza e muito menos oferecer “dez lições rápidas” de como enfrentá-la ou erradicá-la. Procuramos, sim, abrir questões e mostrar algumas possibilidades, de modo que esta publicação se configure como material de apoio para aquelas pessoas, em diferentes tipos e tamanhos de empresa, preocupadas em buscar maneiras coerentes de agir.

Quando se ouve falar em pobreza, a primeira imagem que vem à mente é a do mendigo, alguém dormindo na rua, sujo, malvestido, pedindo dinheiro ou outro tipo de ajuda nos cruzamentos das principais avenidas das grandes cidades brasileiras. Nessa visão, a dos sinais exteriores da pobreza, a condição de ser pobre é associada de imediato à ausência de recursos materiais. Pobreza, nesse entendimento, quer dizer, fundamentalmente, “não possuir renda suficiente para atender às necessidades básicas cotidianas”.

Com isso, cria-se uma imagem de carência material e de um problema social que ameaça a ordem pública, bem como as instituições democráticas, tornando-se algo a ser “aliviado” ou resolvido por intermédio de ações como práticas caritativas e filantrópicas, políticas sociais de renda mínima, criação e ampliação de oportunidades de emprego, aumento das competências e habilidades técnicas dos interessados e estímulo à criação de pequenas e médias empresas.

Às vezes, essa visão da pobreza assume contornos de uma fatalidade histórica e social, em que uma parcela da população se encontra excluída da sociedade, vivendo graças à solidariedade individual do próximo. Felizmente tal entendimento, nos dias atuais, transforma-se pouco a pouco, estimulando uma lógica diferenciada, em que a solidariedade passa a ser considerada, igualmente, de caráter político e socialmente construída em torno de direitos, apontando para o reconhecimento de valores cívicos e de promoção humana.

Sob essa perspectiva, a pobreza retrataria não apenas uma condição de insuficiência de renda, impedindo a aquisição de gêneros e bens, mas também a impossibilidade de acesso a serviços imprescindíveis ao bem-estar social. Nesse sentido, os pobres das diversas regiões brasileiras estariam, sobretudo, destituídos de seus direitos básicos e, portanto, privados ou com nível insuficiente de escolaridade, acesso a políticas de educação, atendimento médico-hospitalar, moradia digna, água potável, coleta de lixo, trabalho formal e segurança pública.

Ao considerarmos a pobreza não mais uma noção econômica e individual mas um conceito social, redirecionamos seu entendimento para o campo dos direitos. Nesse contexto, há que considerar a igualdade de oportunidades e de acesso aos serviços básicos para homens e mulheres, cidadãos dotados dos mesmos direitos e deveres. Hoje, costuma-se presumir a cidadania como algo já construído e acessível a todas as pessoas, pobres ou ricas. Entretanto, mesmo nos países considerados desenvolvidos, essa noção é algo bastante recente.

Dentro do conceito de cidadania, há que observar a existência de três tipos de direitos. Primeiramente, temos os direitos civis, ou o também chamado “direito de ter direitos”. São eles: liberdade de fala, de pensamento e de fé, acesso à propriedade e acesso à Justiça. Em segundo lugar, há os direitos políticos: de poder participar da vida cívica e institucional enquanto eleitor(a), assumindo uma voz e um papel ativos no cenário político-democrático. Por último, há os direitos sociais, que compreendem a possibilidade de se ter acesso a um mínimo de bem-estar social, de se compartilhar a herança social, cultural e educacional da sociedade e de se viver a vida com dignidade e com respeito a si mesmo e aos outros.

No contexto da Europa, especialmente nos países do norte, esses três diferentes tipos de direitos se estabeleceram lentamente ao longo dos séculos, havendo a supremacia dos direitos civis. Posteriormente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os direitos sociais passaram a ter maior visibilidade, em consequência do momento histórico, que exigia a construção do Estado de Bem-Estar.

No âmbito internacional em geral, o campo dos direitos também vem se ampliando, como se pode ver nas diversas declarações, nos tratados e nas confe-

rências do sistema das Nações Unidas. Muitas vezes, porém, essa ampliação e esse reconhecimento ficam restritos aos documentos escritos, sem aplicação real no cotidiano de tantos e tão diferentes países. No caso brasileiro, por exemplo, temos uma Constituição voltada para assegurar a igualdade de direitos, mas, no campo prático, há um não-reconhecimento em torno da cidadania de grande parte da população, que se encontra excluída e vivendo à margem de nossa Carta Magna.

Nesse sentido, vale lembrar as palavras de alerta do historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil — O Longo Caminho*<sup>1</sup>. Para ele, as constantes intervenções autoritárias e totalitárias enfraqueceram a construção de direitos políticos, agora lentamente sendo reconstruídos. Também a dificuldade de acesso à Justiça e a lentidão em seus processos enfraquecem diariamente os direitos civis, ameaçando a credibilidade institucional. No que concerne aos direitos sociais, áreas como previdência, saúde, educação e moradia não representariam ainda uma política social nacional ampla, e consensual, mas sim um cabo-de-guerra em meio a interesses conflitantes.

Nessa ótica de promoção de direitos, o economista indiano e prêmio Nobel Amartya Sen argumenta que é necessário deixar de lado os níveis abstratos de renda e discutir sua utilidade para uma vida digna, com acesso a boa alimentação, roupas apropriadas, proteção social e possibilidade de assumir um papel ativo e de cabeça erguida na comunidade. Uma das conseqüências importantes de seu trabalho foi a adoção pela Organização das Nações Unidas (ONU) de um novo indicador para medir a qualidade de vida, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>2</sup>.

Em seu livro mais recente, *Desenvolvimento como Liberdade*<sup>3</sup>, Sen discute as cinco liberdades fundamentais para a vida coletiva. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Como ele colocou: “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”. A pobreza não é um fenômeno separado da ausência de liberdades; ao contrário, as ausências são condição e causa da pobreza.

<sup>1</sup> Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil — O Longo Caminho*. Civilização Brasileira, 2001.

<sup>2</sup> O IDH foi criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e por Amartya Sen, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

<sup>3</sup> Sen, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras, 2000.

## Pobreza e exclusão social

Renda e dinheiro têm seu papel num mundo onde são um meio para as relações de troca. Mas, como Sen argumentou, não é renda que garantirá dignidade. Em muitas situações de discriminação, certos grupos são impossibilitados de converter renda — mesmo tendo-a suficiente —, e lhes é negado o acesso a garantias mínimas por causa de idade, gênero, cor, etnicidade, classe social ou religião. Ao focalizarmos esse ponto, trazemos para a discussão da pobreza a questão da exclusão.

A ótica da exclusão foca atenção nos aspectos da vida diária, nas ruas, lojas, organizações e instituições, que servem como barreiras e obstáculos, às vezes culturais, sociais, econômicos e estruturais, nos procedimentos organizativos e administrativos. Também chama a atenção para as ações importantes da inclusão, do apoio às pessoas e aos grupos, para aumentar seu poder de interferir e mudar a situação existente. Ambos estão interligados, ora apontando para as possibilidades, ora para as restrições. Como destacou o célebre ativista americano Saul Alinsky sobre os Estados Unidos, em 1965: “Pobreza significa não apenas falta de dinheiro, mas falta de poder. Um negro economicamente estável no Mississippi é pobre. Quando se vive em uma sociedade onde pobreza e poder impedem de usufruir de igualdade de proteção, igualdade de justiça nos tribunais e igualdade de participação na vida econômica e social de sua sociedade, você é pobre”.<sup>4</sup>

## Pobreza e renda

É claro que o indicador de insuficiência de renda não contempla as múltiplas faces da pobreza em seus contextos locais, nacionais, urbanos e rurais. Entretanto, na ausência de outros, tal instrumento é relativamente simples e eficaz para medir o número de pessoas que vivem em situação de indigência (rendimento familiar *per capita* inferior ao valor da cesta básica de alimentos) e em estado de pobreza (renda familiar *per capita* inferior ao valor da cesta básica e impossibilidade de acesso a produtos e serviços fundamentais à sobrevivência no âmbito urbano e no rural).

<sup>4</sup> Alinsky, Saul. *Social Issues* n.º. 1, pág. 47, 1965.



## Concentração de renda no Brasil

Assim, definir e compreender a pobreza e suas várias dimensões é, também, tornar transparente o número da população excluída de políticas públicas e de direitos sociais previstos e assegurados pela Constituição brasileira. Portanto, o Brasil, com 170 milhões de habitantes, a nona economia mundial e a quarta maior concentração de renda do planeta (só perdendo para países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia), tem em seu território cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês. Ou seja, 29,26% da população do país não conseguem atender minimamente a suas necessidades diárias, de acordo com a pesquisa divulgada no primeiro semestre de 2002 pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

No que concerne à concentração de renda no Brasil, é importante notar que, enquanto 1% das famílias mais ricas consome 15% da renda, mais de 85 milhões de pessoas, que compõem a metade mais pobre da população, consomem apenas 12%. Em meio a esses dados numéricos, há também a triste revelação de que a concentração extrema da renda está apoiada numa estrutura de poder fortemente controlada por elites tradicionais — locais e nacionais —, que pouco mudaram sua maneira de fazer política e de governar o país no último século.

No relatório elaborado em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre a pobreza no planeta, foi explicitado que, no Brasil, a maior parte dos benefícios sociais se destinava à classe média e aos ricos. Também segundo esse estudo, a persistência da pobreza em nosso território tinha como causa direta as diferenças abissais de renda. Seguindo a mesma ordem de raciocínio, tal relatório afirmava que novas políticas eram necessárias para reduzir a desigualdade e estimular um maior crescimento econômico. Por fim, esse documento chamava a atenção para o fato de que a distribuição desigual do gasto social era a grande responsável pela persistência da pobreza no país.

Em meio a esse cenário desolador, acrescenta-se a dificuldade da população empobrecida de ocupar espaços de informação, conscientização, mobilização e participação política. Como é sabido, quanto mais pobres existirem numa sociedade, menores serão as chances de gerar espaços políticos de controle e mudança social.

<sup>5</sup> Neri, Marcelo. *Mapa do Fim da Fome*. Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001.

A discussão sobre a pobreza ou “pobrezas”, sua quantificação, origens, causas e possíveis enfrentamentos é complexa, configurando-se num tecido feito de muitas tramas que se interligam com histórias, rostos e realidades diferenciados e em contextos igualmente diferenciados. Se buscarmos agir sobre o tecido como um todo — a pobreza —, não teremos muito êxito. Mas, se aprendermos a olhar com sensibilidade e compromisso e a agir sobre cada trama social e econômica, aumentaremos, em muito, as possibilidades de ação, visando a seu enfrentamento.

Pobreza não é, e nunca foi, um fenômeno homogêneo. À medida que os fios da trama da renda, do emprego, da provisão e acesso aos serviços públicos se interpenetram e se cruzam com as barreiras e os bloqueios ao exercício da cidadania de diferentes grupos sociais, a definição e a compreensão em torno da pobreza mudam, bem como os programas, as políticas e os projetos a serem implementados para sua erradicação.

Falar em pobreza é argumentar sobre a incapacidade de uma sociedade de assumir como tarefas cívicas obrigatórias a redução das desigualdades, o aumento das oportunidades e a redistribuição das riquezas. Hoje o problema não está em descobrir o que causa e gera pobreza, mas em identificar os múltiplos fatores, sejam culturais, econômicos ou sociais, que estão impedindo sua erradicação — e agir sobre eles.

Infelizmente, possíveis soluções e caminhos visando ao enfrentamento da pobreza ou a sua erradicação não constituem ainda uma ação articulada, de co-responsabilidade, entre Estado, sociedade civil e empresas privadas. A razão para esse distanciamento pode ser explicada, de um lado, pela desconfiança natural de culturas organizacionais bastante diferenciadas, em que valores éticos e morais nem sempre prevalecem nas escolhas e prioridades programáticas. De outro lado, essa dificuldade de haver um maior entendimento em termos de co-responsabilidade e de co-participação na gestão do social pode ser herança de uma visão simplificada sobre a pobreza, que vem sendo construída ao longo dos anos e se contrapõe à noção de equidade e justiça social. Buscar uma visão mais compartilhada talvez seja um bom primeiro passo.





A MAGNITUDE  
DO PROBLEMA  
NO BRASIL



**Distribuição de renda**

---

**Emprego e desemprego**

---

**Educação e alfabetização**

---

**Desigualdades na saúde**

---

**Água e moradia adequadas**

---

**O Brasil face à violência**

---

**Equidade**

---

## Distribuição de renda

Existem diversos instrumentos para avaliar a riqueza de um país. O Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, é um índice muito utilizado por acadêmicos, pesquisadores, empresários e técnicos do governo para analisar como está a situação econômica de um país, seja ele o Brasil, a Finlândia ou a Itália. Observando a evolução do PIB, podemos afirmar se a economia de algum desses países está crescendo ou não.

Trata-se de um indicador que mede o conjunto de todos os bens e serviços produzidos dentro do território de um país no período de um ano. No ano de 2000, por exemplo, o PIB brasileiro, segundo o Banco Mundial, foi de aproximadamente 594 bilhões de dólares <sup>6</sup> — montante que colocou o Brasil no grupo dos dez países mais ricos do planeta. Mas fazer uma afirmação desse tipo seria como avaliar uma empresa somente pelo valor de sua produção, sem levar em consideração outras informações como custos, impostos, número de acionistas, dívidas etc.

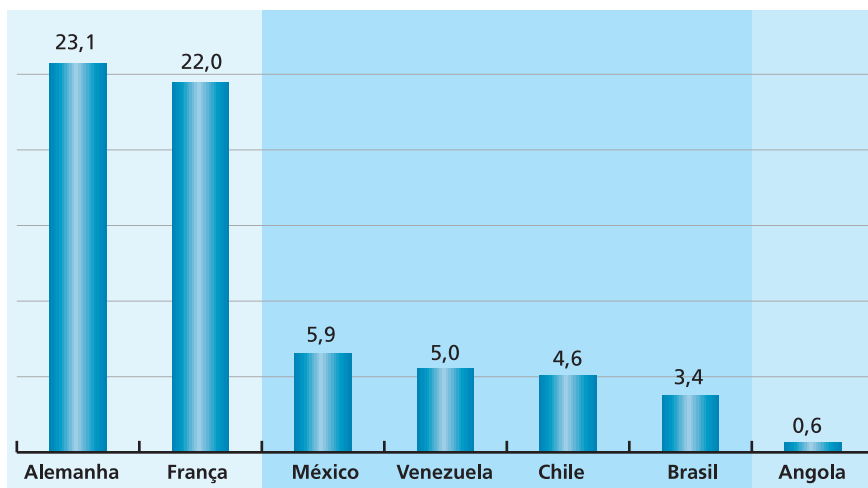
Uma empresa que tem lucro líquido de 10 milhões de reais por ano pode fazer de seu proprietário um homem rico. Mas, se essa empresa tiver mil sócios, cada um terá direito a somente 10 mil reais, o que não é tanto dinheiro assim. Com o Brasil acontece a mesma coisa. São 170 milhões de habitantes para dividir o PIB acima citado, o que dá uma média aproximada de 3,4 mil dólares por pessoa; é esse o nosso PIB *per capita*.

O valor do PIB *per capita* brasileiro indica a real posição de nosso país no *ranking* de riqueza. Pela análise dessa variável podemos notar que o Brasil está em um bloco intermediário de países em desenvolvimento. Nações como Venezuela, México e Chile, por exemplo, têm um PIB *per capita* similar ao nosso.

<sup>6</sup> World Development Indicators 2001. Banco Mundial

### GRÁFICO 1

O PIB anual *per capita* brasileiro posiciona o Brasil no bloco dos países em desenvolvimento (em mil US\$)



Fonte: World Development Report 2000/2001 — Attacking Poverty<sup>7</sup>

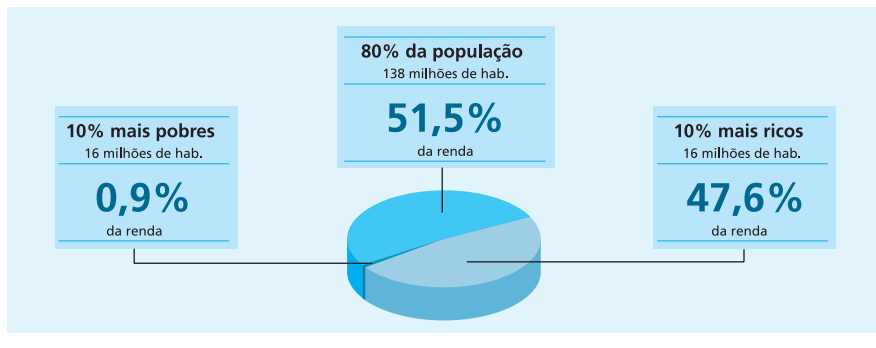
Definitivamente o Brasil não é um país pobre, mas nossa economia é marcada pela alta concentração de renda. Somos o quarto país mais desigual do planeta. A concentração de renda causa o aumento do nível de pobreza porque produz um acesso desigual a oportunidades de inclusão econômica e social, o que revela um lado perverso de nossa economia.

Se fosse possível dividir a população brasileira em dez partes iguais, ordenadas pela renda, e atribuir a cada uma delas “sua fatia no bolo”, descobriríamos que os 10% mais ricos da população brasileira concentram 47,6% da renda nacional. Ou seja, um décimo da população desfruta uma renda quase igual à dos 90% restantes. Na outra extremidade, os 10% mais pobres seriam donos de somente 0,9% da renda.

<sup>7</sup> Banco Mundial. *World Development Report 2000/2001 — Attacking Poverty*.

## GRÁFICO 2

10% da população brasileira possui quase metade da renda do país



Fonte: *World Development Report 2000/2001 — Attacking Poverty*<sup>8</sup>

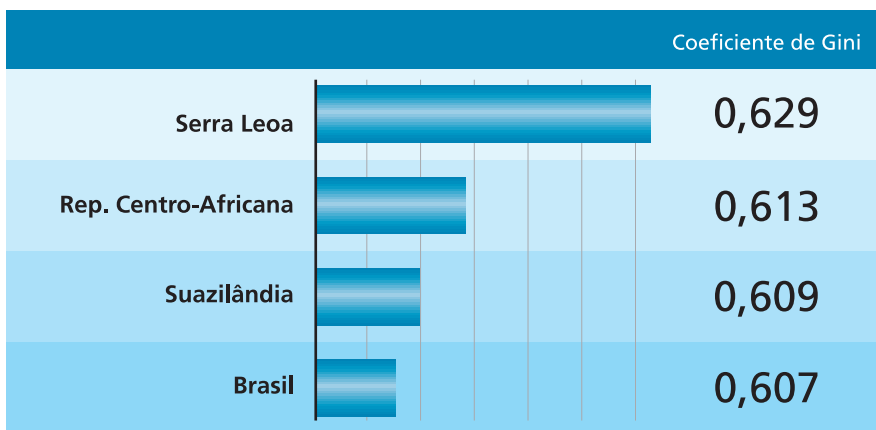
De acordo com um estudo da ONU, a distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini,<sup>9</sup> só é pior em alguns poucos países africanos — Suazilândia, República Centro-Africana e Serra Leoa, que ocupam respectivamente, o terceiro, o segundo e o primeiro lugar nesse quesito nada honroso.

<sup>8</sup> Banco Mundial. *World Development Report 2000/2001 — Attacking Poverty*.

<sup>9</sup> O coeficiente de Gini é a medida de concentração mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O índice ou coeficiente de Gini se aproxima de 1,0 à medida que há aumento da concentração de renda, da propriedade da terra, da produção industrial etc. fosse igualitária, o coeficiente de Gini seria igual ou muito próximo de zero. Os valores do coeficiente de Gini variam, portanto, entre 1 e 0 — quanto maior a concentração na distribuição de qualquer variável, mais próximo de 1 será o coeficiente; ocorrendo o contrário, o coeficiente se aproximará de 0. (Paulo Sandroni — *Dicionário de Economia e Administração*, 1999.)

## GRÁFICO 3

O Brasil é o quarto país mais desigual do planeta



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2002 do Pnud.



Entretanto, é difícil perceber qual é o real significado da concentração de renda em nosso cotidiano. Inicialmente se destacam as mazelas sociais como fome, violência e miséria. Também podemos citar um grave problema de ordem econômica: a concentração de renda exclui grande parte da população brasileira da base de consumidores de nosso país. Isso, por sua vez, limita o desenvolvimento do mercado interno brasileiro, o que se reflete negativamente no crescimento da economia como um todo, sobretudo do chamado setor produtivo.

A desigualdade que podemos observar na distribuição de renda se reflete também no universo empresarial, principalmente em relação aos salários. Pesquisas de consultorias gerenciais de todo o mundo apontam o Brasil como um dos países que apresentam a maior diferença entre o salário médio dos executivos e o dos trabalhadores no chão de fábrica.

Por conta dessa conjuntura, a discussão da importância de políticas de crescimento econômico que também promovam a distribuição da renda tem aumentado no país. Trata-se de uma medida que trará impactos positivos tanto para a área social como para o setor produtivo.

## Emprego e desemprego

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no Brasil em 1990 era de 4,3%. Já no final da década (1999), essa mesma taxa mais do que duplicou, passando de 9%. O aumento da taxa de desemprego pode ser entendido como resultado de uma combinação de fatores. Durante esse período nossa economia não alcançou um desempenho satisfatório, não havendo crescimento real do número de empregos. Além disso, houve um grande crescimento da População em Idade Ativa (PIA)<sup>10</sup> — número de pessoas que estão aptas para a atividade profissional. Outro fator importante foi a reestruturação produtiva ocorrida na maioria das empresas privadas, principalmente no setor industrial, que eliminou milhares de postos formais de trabalho. Também houve retração do número de empregos públicos com o processo de privatização de empresas estatais conduzido pelo governo federal. Tudo isso contribuiu para que o mercado de trabalho não conseguisse absorver plenamente os milhões de pessoas que tentam arrumar emprego a cada ano.

Altos índices de desemprego, como os vistos no Brasil, colaboram para a ocorrência de níveis de renda extremamente desiguais. Entretanto, em matéria de desemprego, a renda não pode ser o único aspecto a ser considerado. Para uma população com baixo poder aquisitivo, que possui sérias dificuldades até mesmo para consumir alimentos que configurem uma dieta nutricional adequada, outras questões podem — e devem — ser levadas em consideração.

O aumento do desemprego pode gerar sérios danos psicológicos aos trabalhadores nessa situação. Isso ocorre porque o trabalho não constitui apenas um meio de auto-sustento: é também uma forma de dignificação humana e de afirmação da auto-estima dos milhões de brasileiros que enfrentam diariamente o desafio da sobrevivência. É na realização das atividades profissionais cotidianas que mulheres e homens se afirmam como pessoas humanas, dotados de direitos e de deveres.

Sendo assim, a situação acima descrita, de crescimento do desemprego, acaba por contribuir para o aprofundamento da crise social do país, o que por sua vez gera exclusão social, miséria e violência. De forma inversamente propor-

<sup>10</sup> População em Idade Ativa (PIA) compreende a População Economicamente Ativa (PEA) e a População Não Economicamente Ativa (PNEA). A PEA, segundo o IBGE, compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada — as pessoas que trabalharam, num determinado período de referência, ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, as que estavam em férias); população desocupada — as pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.). A PNEA compreende as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. Para o IBGE, a PIA compreende pessoas com idade entre 14 e 64 anos.

cional ao aumento do desemprego, diminui a esperança do trabalhador brasileiro de obter melhores condições de vida.

É muito difícil quantificar com precisão o número de trabalhadores desempregados no Brasil. Com cerca de 170 milhões de habitantes, nosso país tem, segundo o IBGE, uma população apta para o trabalho (PIA) de cerca de 107 milhões de pessoas.

Ocorre que muitas pessoas “optam” por não trabalhar, muitas vezes por conta da dificuldade de inserção no mercado de trabalho causada, por exemplo, pelos baixos salários, ou pelo desempenho de outras atividades, como é o caso de mulheres que cuidam da casa e de suas crianças.

Assim, para efeito de mensuração, os institutos de pesquisa utilizam a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja aqueles que optam por trabalhar, que somam cerca de 80 milhões de pessoas. Destes, para o IBGE, 12,4% são desempregados<sup>11</sup>, ou seja, existe uma massa de quase 10 milhões de brasileiros e brasileiras à procura de uma ocupação profissional.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) do Estado de São Paulo utilizam outra metodologia, que argumentam ser mais direcionada para a realidade brasileira. Entretanto, seus estudos focalizam a Região Metropolitana de São Paulo. Para essas instituições, a taxa de desemprego é da ordem de 20%<sup>12</sup>, o que — se fosse repetida em todo o país — elevaria o número de desempregados para cerca de 16 milhões.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE, é pioneira e reúne informações sobre a evolução do emprego assalariado com e sem carteira assinada, do trabalho por conta própria e daquelas pessoas que exercem sua profissão com o auxílio de outros empregados — os empregadores.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), criada por iniciativa do Dieese e da Fundação Seade, considera também o crescente mercado informal. Seus principais indicadores são as taxas de desemprego aberto em trinta dias, de desemprego oculto pelo trabalho precário (que inclui trabalhadores desempregados que exerceram algum “bico” e continuaram buscando emprego) e de

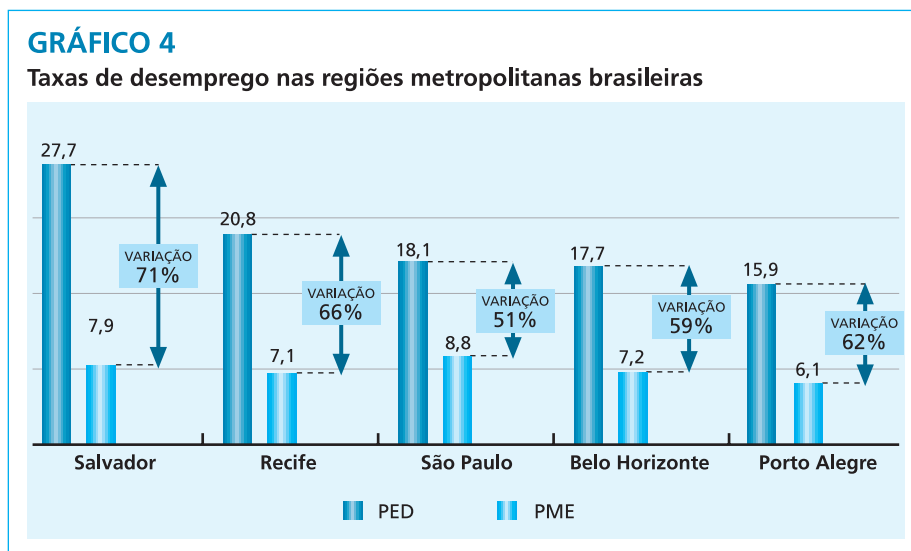
<sup>11</sup> Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) para abril de 2003, com base nas regiões metropolitanas do país.

<sup>12</sup> A Pesquisa de Emprego e Desemprego (Dieese-Seade) apontou para abril de 2003 um desemprego de 20,6% na Região Metropolitana de São Paulo.

desemprego oculto pelo desalento (que inclui trabalhadores desempregados que desanimaram de procurar emprego no período de referência por conta dos baixos salários e das poucas opções profissionais).

De acordo com as duas pesquisas, há diferenças significativas nos índices de desemprego entre as regiões brasileiras. Os Estados do Sul e Sudeste, que são as regiões mais produtivas do país, exibem os menores índices. No Nordeste a situação é alarmante: na Região Metropolitana de Salvador, que apresenta os piores índices do país, encontramos aproximadamente mais de um desempregado a cada dez trabalhadores. Além disso, nota-se que a diferença da incidência de desemprego entre as regiões pode chegar a quase sete pontos percentuais, o que destaca a heterogeneidade dessa questão em termos geográficos e espaciais.

O gráfico abaixo mostra as diferenças entre as taxas encontradas pelas duas pesquisas, reflexo da metodologia adotada em cada uma delas.



Fontes: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE (julho de 2002), e Pesquisa de Emprego e Desemprego/Dieese-Seade (julho de 2002)

Como podemos notar, os indicadores de desemprego apresentam diferenças significativas. Os dados são divergentes não somente quanto aos índices de desemprego, mas também em relação à classificação que cada uma das regiões metropolitanas obtém no *ranking* do desemprego.

De acordo com a PED, a Região Metropolitana que apresenta os piores índices é a de Salvador: para cada dez trabalhadores, existem quase três desempregados. Em comparação com a PME, esse índice é mais de três vezes superior. É difícil identificar com segurança as causas de tais diferenças, entretanto, a análise de alguns elementos pode colaborar para apontar possíveis motivos. Por exemplo, a metodologia da PED, ao trabalhar também com o setor informal, acaba por inserir em seu cálculo uma grande parcela da população brasileira cuja empregabilidade é reduzida, uma vez que possuem poucos anos de estudo, dentre outros fatores. Isso faz com que os números da PED sejam mais elevados, em especial em locais onde há maior participação do setor informal. Também colabora para a verificação dessas diferenças o fato de que, para o IBGE, quem não está procurando emprego na semana da pesquisa se classifica como inativo. Já para o Dieese esse período é superior: trinta dias.

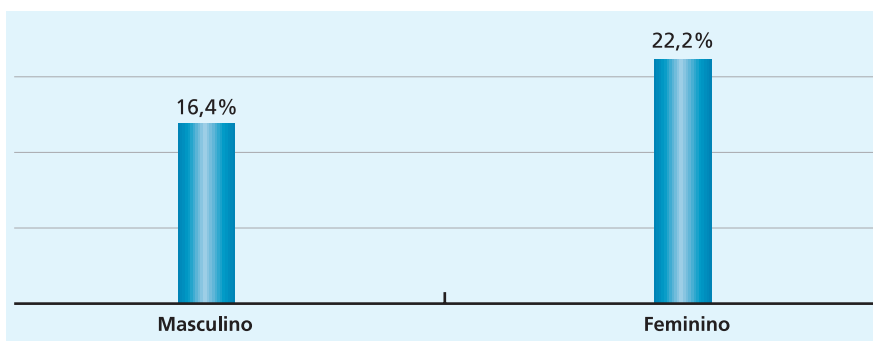
Apesar de possuir o maior índice de desemprego na pesquisa realizada pelo IBGE, a Região Metropolitana de São Paulo está numa situação bem melhor que a de Salvador, se levarmos em consideração os números do Dieese-Seade. Nessa região também observamos a menor variação entre os índices do IBGE e do Dieese, mesmo assim a diferença observada ainda é significativa (51%).

Ainda que seja interessante entender o porquê de tais diferenças, a discussão da precisão do número de desempregados se esvazia quando qualificamos a discussão sobre o desemprego. Nesse caso é importante dimensionar tal fenômeno em termos de ordem de grandeza, o que nos leva a uma realidade alarmante. Há que pensar também que, entre todos os trabalhadores brasileiros empregados, cerca de 40% são analfabetos funcionais — têm baixíssima escolaridade — e que outros milhões de trabalhadores são pouco produtivos, por motivos ligados à desnutrição e a outros fatores vinculados ao subdesenvolvimento e à pobreza.

A metodologia da PME foi alterada, a partir de dezembro de 2002, com a mudança do prazo de referência principal de sete para trinta dias e a diminuição da faixa etária da PEA para a partir de 10 anos (era a partir de 15 anos). Com isso, a metodologia da PME aproximou-se da usada pela PED e adequou-se às comparações internacionais, incluindo ainda medidas para desalento, subocupação e remuneração abaixo do mínimo.

### GRÁFICO 5

O desemprego feminino é maior que o masculino



Fonte: Dieese-Seade. Dados da Região Metropolitana de São Paulo no ano de 2002

Medindo-se a taxa por gênero, verificamos que as taxas de desemprego feminino são maiores que as de desemprego masculino (22,2% e 16,4%, respectivamente). Ou seja, as mulheres têm maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Esse dado é preocupante, principalmente porque as mulheres têm assumido cada vez mais a posição de provedoras e chefes de núcleo familiar.

No Brasil, o que se percebe com certeza é que há uma grande subutilização do potencial humano, que atinge milhões de pessoas, demonstrando a existência de grande desperdício de um dos maiores ativos da sociedade brasileira.

## Educação e alfabetização

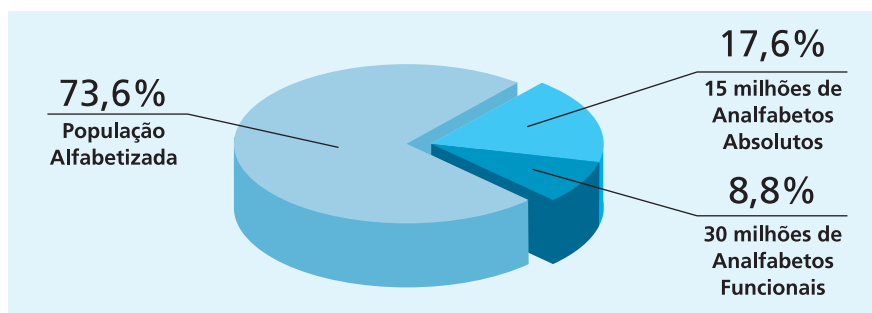
O acesso à educação pode representar uma grande possibilidade de ascensão social e também o fortalecimento da capacidade de participar e interferir nos processos políticos, contribuindo para que se amplie o espaço de cidadania.

Com isso, a educação vem ganhando status de tema central para o desenvolvimento do país. O quadro atual da educação brasileira, apesar dos avanços verificados, ainda está muito distante de apresentar perspectivas de ascensão social para a maior parte da população. No ensino superior, a situação é reveladora da exclusão das camadas mais carentes: dos 20% mais pobres da população brasileira, apenas 0,9% cursa uma faculdade; entre os 20% mais ricos, esse índice é de 70,7%<sup>13</sup>.

Segundo dados do Censo 2000 do IBGE, a média de escolarização das pessoas com 25 anos de idade ou mais é de 5,7 anos. Porém, o quadro do analfabetismo apresenta maior dramaticidade. Estão na condição de analfabetismo absoluto cerca de 15 milhões de pessoas com 15 anos de idade ou mais. Outros 30 milhões, por terem, no máximo, quatro anos de escolarização, são considerados analfabetos funcionais.

### GRÁFICO 6

45 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade são analfabetos



Fonte: IBGE - Censo 2000

<sup>13</sup> Simon Schwartzman, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 1999. *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 2002, pág. C-1.

Pessoas analfabetas não são apenas as incapazes de ler e escrever alguma coisa. Desde 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) adotou o conceito de analfabetismo funcional com o objetivo de identificar as pessoas que, apesar de saberem ler e escrever minimamente, não conseguem utilizar esses recursos para melhorar suas condições de vida e têm dificuldades em lidar com um mundo de instruções e documentos escritos.

No Brasil, apesar de o IBGE divulgar tanto os índices de analfabetismo convencional como os de analfabetismo funcional, os avanços conquistados com as políticas de redução do analfabetismo convencional tendem a ser mais valorizados. Entretanto, muitas das pessoas que são alfabetizadas permanecem no próximo grupo, o dos analfabetos funcionais. Na Tabela 1 destaca-se a situação do analfabetismo convencional.

**TABELA 1**

Taxa de analfabetismo convencional das pessoas com 15 ou mais anos de idade

POR SEXO		POR REGIÃO METROPOLITANA	
Masculino	13,3%	RM Belém	4,8%
Feminino	13,3%	RM Fortaleza	14,3%
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		RM Recife	12,0%
Urbano	9,7%	RM Salvador	7,6%
Rural	29,0%	RM Belo Horizonte	6,3%
POR REGIÃO		RM Rio de Janeiro	4,5%
Região Norte	11,6%	RM São Paulo	5,1%
Região Nordeste	26,6%	RM Curitiba	5,1%
Região Sudeste	7,8%	RM Porto Alegre	4,0%
Região Sul	7,8%	<b>Brasil 13,3%</b>	
Região Centro-Oeste	10,8%		

Fonte: IBGE - Indicadores Sociais, 2000



Das informações da Tabela 1 percebe-se um retrato dramático: 13,3% de analfabetos, num universo de 113 milhões de habitantes com 15 anos ou mais de idade, representam cerca de 15 milhões de pessoas. Outras questões ainda podem ser destacadas. A primeira delas refere-se à magnitude do problema na área rural, onde 29% da população nessa faixa etária é considerada analfabeta convencional. A segunda diz respeito à desigual condição de acesso à educação por grandes regiões. Na Região Nordeste, 26,6% das pessoas na citada faixa etária não sabem ler nem escrever, ao passo que na Região Sudeste esse mesmo índice é inferior a 8%. Também se verifica um grande descompasso quando comparamos tal índice em regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Fortaleza, quase 15% da população com 15 anos ou mais de idade está na condição de analfabetismo absoluto, enquanto na de Porto Alegre esse índice é de 4%.

Em relação ao analfabetismo funcional, a situação é mais trágica.

## TABELA 2

Taxa de Analfabetismo Funcional das pessoas com 15 ou mais anos de idade

SEXO		POR REGIÃO METROPOLITANA	
Masculino	30,2%	RM Belém	16,9%
Feminino	28,7%	RM Fortaleza	28,4%
POR CONDIÇÃO DO IMÓVEL		RM Recife	23,2%
Urbano	23,8%	RM Salvador	20,2%
Rural	53,7%	RM Belo Horizonte	17,6%
POR REGIÃO		RM Rio de Janeiro	17,8%
Região Norte	28,7%	RM São Paulo	16,6%
Região Nordeste	46,2%	RM Curitiba	16,9%
Região Sudeste	22,3%	RM Porto Alegre	15,0%
Região Sul	21,8%	<b>Brasil 29,4%</b>	
Região Centro-Oeste	27,1%		

Fonte: IBGE - Indicadores Sociais, 2000

Os dados da Tabela 2 mostram que cerca de 33,2 milhões de brasileiros com 15 anos de idade ou mais não ultrapassaram quatro anos de escolarização. Na área rural, 53,7% das pessoas nessa faixa etária são consideradas analfabetas funcionais.

Quando se comparam as taxas de analfabetismo funcional por grandes regiões também se verifica um grande descompasso. Enquanto na Região Sudeste cerca de 22% das pessoas com 15 anos de idade ou mais tiveram no máximo quatro anos de escolarização, no Nordeste esse índice é de 46,2%.

Entre as regiões metropolitanas, as variações são menores. O quadro é mais grave na Região Metropolitana de Fortaleza, onde 28,4% dos moradores na faixa etária destacada são considerados analfabetos funcionais, enquanto na de Porto Alegre esse índice é de 15%.

Verifica-se que um total de 48,2 milhões de brasileiros não frequentou a escola ou não possui escolarização suficiente para compreender um texto simples, o que impede a busca de melhorias na atividade profissional.

Essa situação é mais grave na área rural, onde 82,7% das pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever ou tiveram no máximo quatro anos de escolarização. Apesar de os índices na área urbana serem menores que os da rural, o número total de pessoas com problemas de analfabetismo convencional ou funcional também é muito grande, pois a maioria absoluta dos brasileiros vive nas cidades.

O país que inovou em métodos de educação popular tem o desafio de levar seus cidadãos à escola não apenas para que aprendam a ler ou escrever alguma coisa, mas também para que possam fazer do conhecimento uma ferramenta a serviço da inclusão social.

## Desigualdades na saúde

Saúde não significa apenas a ausência de doenças, mas define um estado de completo bem-estar psíquico, envolvendo também o contexto social em que a pessoa está inserida. Com isso, o debate entre políticas preventivas e curativas que sempre prevaleceu no setor precisa ganhar outra dimensão e incorporar temas como políticas de emprego, salário, renda, habitação, lazer, educação, segurança e justiça social, para que se consiga, de fato, vislumbrar o completo bem-estar psíquico do ser humano, meta colocada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Uma das principais conquistas alcançadas pelos cidadãos brasileiros na Constituição Federal de 1988 foi o reconhecimento de que a saúde, assim como a educação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a assistência aos desamparados, integra os direitos sociais de toda a população.

A atual situação do setor no Brasil, no entanto, demonstra a existência de uma grande distância entre o direito previsto e a real situação encontrada por quem demanda os serviços públicos de saúde em nosso país. Segundo o *Relatório sobre Saúde no Mundo 2000*, divulgado pela OMS, o Brasil ocupa a 125ª colocação entre os 191 países avaliados quanto ao desempenho do setor<sup>14</sup>. Nossa situação é pior que a de países como Albânia, Benin, Tonga e Paquistão. Na América Latina, o desempenho brasileiro é um dos piores e superior apenas ao da Bolívia, Guiana e Peru.

<sup>14</sup> Nesta avaliação foram utilizados cinco critérios para compor o índice de desempenho dos sistemas de saúde: nível global de saúde da população, desigualdades da saúde da população, eficiência do sistema de saúde, diferenças dessa eficiência de acordo com as classes sociais e diferenças de gasto com saúde entre a população.

**TABELA 3****O Brasil ocupa o 125º lugar no ranking de saúde da OMS (2000)**

Posição no ranking	País
55º	Albânia
97º	Benin
116º	Tonga
122º	Paquistão
125º	Brasil
126º	Bolívia
128º	Guiana
129º	Peru

Fonte: Relatório sobre Saúde no Mundo 2000 — Sistemas de Saúde: Melhorando o Desempenho <sup>15</sup>

O sistema público de serviços de saúde brasileiro, denominado Sistema Único de Saúde (SUS), é legalmente sustentado pelos princípios de acesso universal, cobertura integral, gratuidade, financiamento público, participação social e descentralização da gestão para Estados e municípios. É constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicos — federais, estaduais e municipais. A iniciativa privada participa do SUS como prestadora de serviços, mediante contratos<sup>16</sup>.

O SUS é responsável por mais de 70% dos serviços médico-hospitalares no país, por intermédio de uma vasta rede de unidades públicas e privadas. Em 2000, o SUS realizou 11,9 milhões de internações hospitalares (7,19 internações por cem habitantes) e mais de 395 milhões de consultas (2,33 consultas por habitante/ano).

A magnitude desses números não esconde o fato de que no acesso aos serviços de saúde também estão expressas as desigualdades regionais e socioeconômicas verificadas no Brasil. Uma das disparidades regionais pode ser percebida no Gráfico 7, quando se compara o número de médicos disponíveis, por mil habitantes, em cada região.

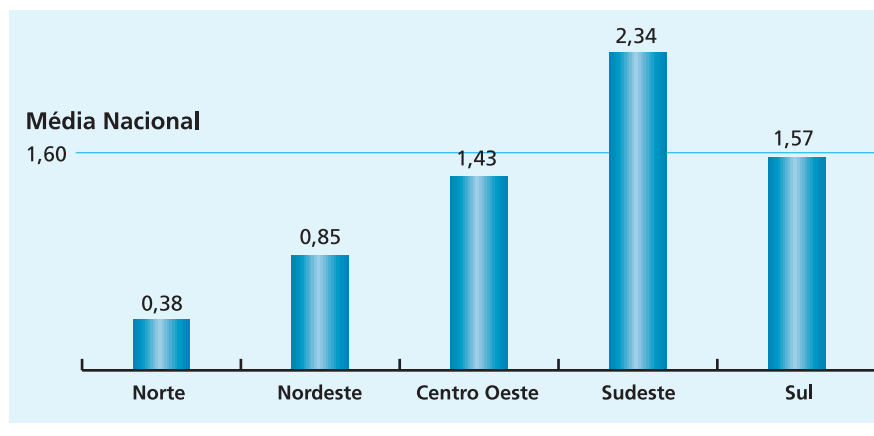
<sup>15</sup> Organização Mundial da Saúde. *Relatório sobre Saúde no Mundo 2000 - Sistemas de Saúde: Melhorando o Desempenho*.

<sup>16</sup> Segundo dados do Ministério da Saúde, o setor privado vinculado ao SUS tem importante papel na prestação de serviços, respondendo por 66% das internações e 18% dos serviços ambulatoriais.

Segundo pesquisa da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1999, realizada pelo IBGE, na Região Norte encontramos 0,38 médico por mil habitantes, quatro vezes menos que a média brasileira (que é de 1,60). Enquanto isso, na Região Sudeste, a oferta situa-se em 2,34 médicos por mil habitantes, índice seis vezes maior que o verificado na Região Norte.

### GRÁFICO 7

A oferta de médicos em todo o país reflete as desigualdades socioeconômicas observadas nas diversas regiões brasileiras (total de médicos por mil habitantes)



Fonte: *Medindo as Desigualdades em Saúde no Brasil: uma Proposta de Monitoramento*<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). *Medindo as Desigualdades em Saúde no Brasil: uma Proposta de Monitoramento*, 2001

<sup>18</sup> Viana, Solon Magalhães et al. *Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

No gráfico acima observa-se a baixa relação entre o número de médicos em atividade e o tamanho populacional nas regiões Norte e Nordeste, o que significa que os moradores dessas regiões encontram muitas dificuldades para ter acesso a uma consulta médica.

Numa área da saúde em que a oferta de serviço público praticamente inexistente — o atendimento odontológico —, o rendimento familiar acaba funcionando como um elemento de exclusão. Cerca de 25% da população brasileira entre 5 e 19 anos nunca esteve num dentista<sup>18</sup>. Entre as famílias que possuem rendimento máximo de 151 reais, 50,7% das crianças nunca fizeram uma consulta odontológica. Entretanto, na faixa de renda familiar acima de 1.812 reais, apenas 1,5% das crianças não teve acesso a um consultório dentário.

O acesso desigual aos serviços de saúde também pode ser verificado por intermédio dos indicadores de mortalidade infantil<sup>19</sup>. Segundo o Censo 2000 do IBGE, em 1990 havia 49 óbitos para cada mil bebês nascidos vivos, e no ano 2000 esse índice passou a ser de 29, o que demonstra uma melhoria significativa no intervalo de dez anos.

Contudo, a redução verificada nesses dez anos não esconde a perversidade com a qual os indicadores de mortalidade infantil se distribuem pelas diferentes camadas sociais. A Tabela 4 demonstra como a mortalidade em menores de 5 anos<sup>20</sup> atinge de maneira bem distinta os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, considerada a renda familiar *per capita*<sup>21</sup>.

**TABELA 4**

**Taxas de mortalidade infantil para menores de cinco anos, por mil nascidos vivos, segundo a renda familiar *per capita***

1995/1999	Total	20% mais ricos	20% mais pobres
Brasil	57,4	29,8	81,6
Nordeste	93,2	37,6	111,7
Sudeste	39,0	21,3	52,8
Sul	45,6	16,9	50,3
Centro Oeste	38,2	19,1	51,5

Fonte: *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*<sup>22</sup>. Não foram mencionados dados sobre a Região Norte.

<sup>19</sup> Segundo Simões, a mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a estimativa do risco de um nascido vivo morrer durante o primeiro ano de vida.

<sup>20</sup> Conforme metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial, a taxa de mortalidade para menores de 5 anos define a probabilidade de que a criança nascida no ano indicado morra antes de atingir a idade de 5 anos, sendo a probabilidade expressa como taxa por 1.000.

<sup>21</sup> Renda da família dividida pelo número de pessoas.

<sup>22</sup> Simões, Celso Cardoso da Silva. *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

Quando se observa a incidência de mortalidade infantil por renda familiar, nota-se que para os mais pobres ela ultrapassa o número de 80 por mil nascidos vivos, enquanto nos estratos mais ricos esse indicador não ultrapassa o número de 30 por mil nascidos vivos.

A situação da Região Nordeste é bastante delicada: na faixa de renda mais elevada a taxa de mortalidade na infância é de 37,6 por mil nascidos vivos, contra 111,7 na população de menor renda.

O acesso à educação e ao conhecimento, particularmente entre as mulheres, também exerce forte impacto quando observamos os indicadores de mortalidade infantil. A Tabela 5 destaca a relação entre o número de anos de escolarização da mãe e os índices de mortalidade na infância.

**TABELA 5**

**Taxas de mortalidade infantil para menores de cinco anos por mil, segundo os anos de estudos da mãe**

1995/1999	total	8 anos ou mais anos	menos de 4 anos
Brasil	57,4	30,4	93,0
Norte urbano	51,9	35,3	65,9
Nordeste	93,2	46,9	121,6
Sudeste	39,0	24,5	66,9
Sul	45,6	18,5	74,9
Centro Oeste	38,2	24,3	68,1

Fonte: *Perfil de saúde e mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Simões, Celso Cardoso da Silva. *Perfil de saúde e mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002

Observa-se que, quanto menor a escolarização da mãe, maior o índice de mortalidade infantil. Na Região Nordeste essa situação é mais alarmante: entre as mães com escolarização abaixo de quatro anos, o número de óbitos infantis é de 121,6 por mil nascidos vivos. A gravidade da situação reforça o importante papel da educação e da informação como instrumentos de cidadania e inclusão social.

As causas da mortalidade infantil também estão vinculadas a doenças que decorrem da insuficiência de políticas de saneamento básico e da ausência de acompanhamento médico durante a gravidez. Segundo dados do Banco Mundial<sup>24</sup>, a principal causa de óbitos notificados advém de condições no período imediatamente anterior ou posterior ao parto. A malformação, seguida de pneumonia e diarreia, também figura entre as principais causas de óbito infantil no Brasil.

Na Região Nordeste, 60% da mortalidade infantil está associada à ausência de saneamento básico, responsável pela alta incidência de diarreia. A proporção de crianças menores de 5 anos que morrem por diarreia aguda na região é de 11,88 por mil nascidos vivos. Já na Região Sudeste esse número é de 3,32.

As questões relativas ao setor de saúde precisam estar articuladas com as políticas sociais de diversas naturezas. Observa-se que a existência de boas condições de moradia, o fornecimento adequado de água potável, a coleta e o tratamento do esgoto domiciliar e industrial, o acesso à educação e um serviço de limpeza pública que recolha e destine adequadamente todo o lixo produzido resultam numa população mais saudável e em índices de mortalidade infantil bem menores que os verificados atualmente.

<sup>24</sup> Banco Mundial, *Unidade de Gestão do Brasil. Brasil: Saúde Materno-Infantil*. Report nº. 23.811-BR



## Água e moradia adequadas

A vida cotidiana de milhões de brasileiros é marcada por uma realidade de exclusão, a qual se manifesta das mais diversas formas. Desemprego, fome, violência, insegurança e medo são apenas algumas das faces da pobreza.

Para muitos cidadãos brasileiros, entretanto, pobreza tem significado também de condições de moradia subumanas. Tanto em regiões periféricas das grandes cidades quanto nos bolsões de pobreza rural, como o sertão ou o Vale do Jequitinhonha, há milhões de brasileiros vivendo sem o mínimo de dignidade humana.

São mães que andam quilômetros para apanhar uns poucos litros de água turva, crianças acostumadas a brincar em lixões e homens que passam suas horas de descanso na beira de córregos poluídos. Isso sem entrar na discussão da condição de moradia em si: milhões de famílias numerosas são obrigadas a dividir no máximo três cômodos e sem nenhum tipo de acesso a redes de esgoto, coleta de lixo e água tratada.

Os reflexos dessa realidade na vida das pessoas são alarmantes. Multiplicam-se as doenças diarréicas e a incidência de subnutrição; as crianças não crescem como deveriam e a mortalidade infantil aumenta na mesma proporção em que diminui a esperança.

O quadro descrito pode servir para avaliar a qualidade de vida de nossos cidadãos. A oferta de serviços públicos de saneamento básico pode e deve ser utilizada como um indicador eficiente de exclusão ou inclusão social.

Para analisar a qualidade de vida das pessoas a partir dessa ótica, temos de levar em consideração o abastecimento de água encanada, a existência de rede de esgoto sanitário e fossas sépticas, a oferta de serviços de limpeza urbana e de coleta e destinação final dos resíduos.

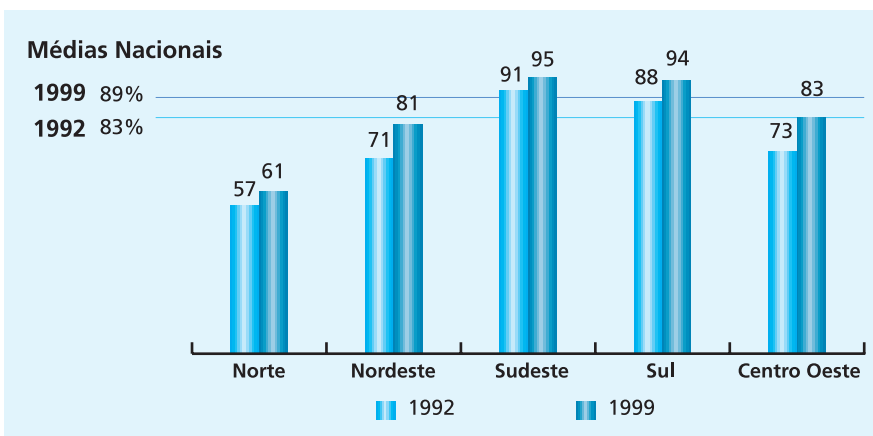
Esse conjunto de serviços oferecidos de maneira adequada pode tanto evitar doenças diarréicas — uma das principais causas da mortalidade infantil —, como impedir a proliferação de insetos e roedores, tão comuns nas áreas com esgoto a céu aberto ou próximas a lixões e aterros clandestinos.

O fato é que a realidade brasileira aponta para uma situação crítica, sobretudo das populações mais carentes, que acabam se vendo obrigadas a residir em áreas periféricas, onde a oferta desses serviços, quando existe, é bastante precária. Vejamos, primeiramente, a situação relativa ao abastecimento de água.

Os dados sobre o abastecimento de água no Brasil demonstram que houve um avanço na oferta de água para consumo humano por meio da implantação de uma rede de abastecimento. Assim, a maior parte dos domicílios brasileiros já conta com esse tipo de serviço. Ocorre que há uma desigual distribuição desse serviço entre as regiões brasileiras que afeta principalmente populações inseridas em contexto agudo de pobreza. O gráfico a seguir trata dessa questão.

### GRÁFICO 8

O aumento da oferta de água encanada deu-se de maneira desigual em todo o país (em%)



Fonte: IBGE - Indicadores Sociais, 2000

A Região Norte, além de apresentar a menor taxa de domicílios ligados à rede de abastecimento de água em 1999, evoluiu pouco em relação ao percentual verificado em 1992. Apesar de ter alcançado 81% em 1999, o percentual de domicílios abastecidos pela rede de água para consumo humano na Região Nordeste ainda está abaixo da média nacional verificada no mesmo ano — 89%.

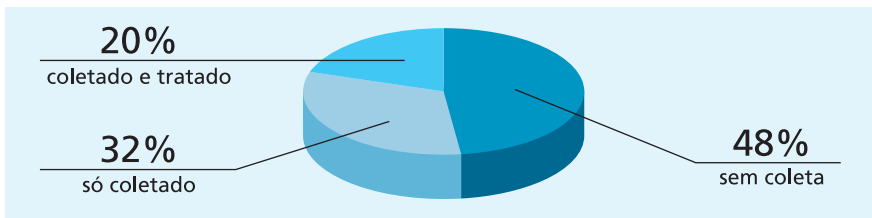
As Regiões Sul e Sudeste, mais desenvolvidas economicamente, são as que mais possuem domicílios ligados à rede de abastecimento de água, 94% e 95%, respectivamente. Isso coincide com o fato de essas regiões terem os menores índices de mortalidade infantil.

Apesar de cerca de 90% dos domicílios brasileiros serem abastecidos pelo sistema, isso não significa que todos recebam água de qualidade para consumo humano. O tratamento não é condição para que a água seja distribuída. Na Região Sudeste, 94,4% da água distribuída é tratada. Na Região Norte, o índice é bem menor; apenas 67,6% recebe algum tipo de tratamento. Esse fato demonstra que deve haver uma preocupação relativa à qualidade da água, e não somente a sua oferta.

Se o abastecimento de água é acessível à maior parte da população brasileira, o mesmo não se pode falar da coleta de esgoto pela rede pública. Esse serviço está disponível em apenas 52,2 % dos municípios e, pior, apenas 20% tratam, mesmo que parcialmente, o esgoto coletado.

### GRÁFICO 9

Quase metade de todo o esgoto produzido no Brasil não é coletado



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000

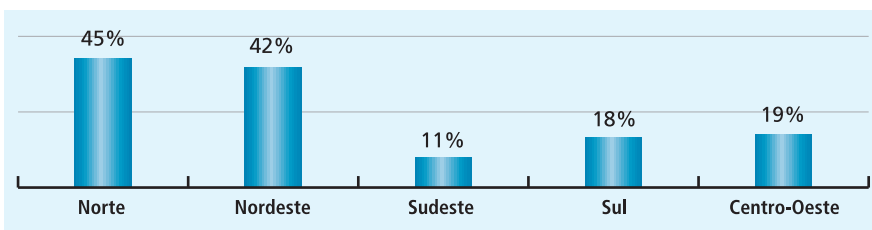
Os dados deste gráfico trazem um quadro desolador: 48% das cidades brasileiras não coletam o esgoto produzido nos domicílios. Isso significa que esse esgoto corre a céu aberto com destino a rios, represas, várzeas e lagos, além de provocar a proliferação de insetos e roedores, colocando em risco a saúde de uma parcela significativa da população.

Nessa matéria também chama a atenção o fato de as Regiões Norte e Centro-Oeste terem, respectivamente, 92,9% e 82,1% de esgoto não coletado. Esse fato se reveste de gravidade na medida em que essas duas regiões possuem as maiores fontes de recursos hídricos do país, o que se traduz no comprometimento da qualidade de uma água que pode estar sendo destinada para consumo humano.

A coleta e a destinação final do lixo também são um problema para grande parte dos brasileiros, como se observa a seguir.

### GRÁFICO 10

População sem coleta de lixo



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000

Coletar o lixo, porém, não significa dar a ele um destino final adequado. De todas as cidades brasileiras, 32,2% depositam os resíduos coletados nos aterros sanitários ou controlados, que são considerados adequados por estarem de acordo com as exigências ambientais. O dado assustador é que 63,3% dos municípios destinam os resíduos coletados para os lixões a céu aberto, sem nenhum tipo de controle ambiental, o que tem como impacto imediato a poluição dos cursos subterrâneos de água, que alimentam os rios e as represas responsáveis pelo fornecimento de água potável.

Todos esses problemas geram impactos diretos na habitabilidade da população, o que também é um importante indicador de qualidade de vida. No Brasil, entre todos os domicílios regulares permanentes, temos 14,7% da população morando em condições precárias. Na tabela abaixo observamos a inadequação dos domicílios quanto aos critérios especificados.

**TABELA 6**

**Domicílios inadequados no Brasil**

Especificação	Adensamento Excessivo <sup>(1)</sup>	Inadequação Fundiária <sup>(2)</sup>	Carência de Infra-estrutura <sup>(3)</sup>	Inexistência de Unidade Sanitária <sup>(4)</sup>	Inadequação por Depreciação <sup>(5)</sup>
<b>BRASIL</b>	<b>5,5%</b>	<b>4,7%</b>	<b>28%</b>	<b>4%</b>	<b>2,2%</b>
NORTE	9,5%	3%	59,6%	8,3%	1%
NORDESTE	5%	6%	51,7%	9,2%	2,4%
SUDESTE	6,2%	4,1%	11,7%	1,7%	2,7%
SUL	3,4%	6,4%	25,1%	3,1%	1,7%
CENTRO-OESTE	4,5%	1,7%	53,9%	3,5%	0,5%

(1) Domicílios com mais de três pessoas por dormitório.

(2) Existe a posse da propriedade da moradia, mas legalmente não se tem a posse do terreno.

(3) Domicílios que carecem de energia elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, lixo coletado direta ou indiretamente e rede coletora de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica.

(4) Domicílios que não possuem banheiro ou, se o têm, não é de uso exclusivo.

(5) Domicílios depreciados pelo tempo decorrido e/ou que necessitam de recursos para sua recuperação.

Fonte: IBGE - Indicadores Sociais, 2000

Verifica-se nesta tabela que 28% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de carência de infra-estrutura de saneamento básico. Ou seja, não têm acesso a pelo menos um dos itens que compõem essa infra-estrutura: energia elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, coleta de lixo ou esgotamento sanitário.

O adensamento excessivo também é um problema que deteriora a qualidade de vida da população. Na Região Norte, em 9,5% dos domicílios há mais de três pessoas dormindo no mesmo quarto. Na Região Sudeste essa questão atinge 6,2% dos domicílios e na Região Nordeste o percentual é de 5%. O excessivo adensamento populacional é muito comum em moradias precárias como cortiços e favelas, onde também há carência de serviços de saneamento básico.

As regiões mais penalizadas pela ausência de serviços de saneamento básico são a Nordeste e a Norte, nas quais há também um menor dinamismo das atividades econômicas e os maiores problemas relacionados à falta de qualidade de vida da população. Uma das conseqüências dessa precariedade é que essas duas regiões apresentam as maiores taxas de mortalidade infantil do país.

A melhoria da oferta de serviços de saneamento básico está diretamente vinculada à necessária melhoria da habitabilidade de quase um terço da população brasileira. Assim, uma política habitacional que tenha como objetivo a qualidade de vida dos moradores que ela vai beneficiar deve estar, necessariamente, articulada com a ampliação dos serviços de saneamento básico. Caso contrário, a pobreza continuará se manifestando de maneira cada vez mais cruel.

## O Brasil face à violência

Segundo estimativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o gasto com segurança privada no Brasil em 2000 foi de 130 bilhões de reais, o que daria para instalar 1 milhão de cisternas de captação de água, que é a meta da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), e representava, na época, cerca de 10,5% do PIB brasileiro. No mesmo estudo, o BID estima que esse dinheiro serve para financiar um verdadeiro exército de 1,3 milhão de profissionais, nem sempre bem treinados e capacitados para operar o armamento pesado e de alta tecnologia utilizado.

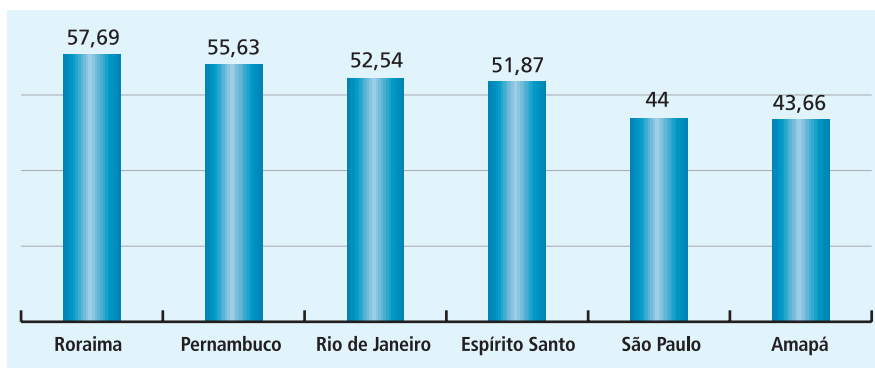
O crescente investimento na área de segurança é uma resposta privada a um problema público: a falta de segurança e o decorrente aumento da violência observado em todo o território nacional. O número de homicídios no Brasil, conforme o IBGE, cresceu quase 40% entre 1992 e 1999. Já a quantidade de seqüestros aumentou 75% somente entre 1999 e 2000 — isso apenas em relação aos casos registrados. O Ministério da Justiça, que fez esse levantamento, estima em 30% os casos de seqüestro não relatados. Outro dado alarmante diz respeito ao número de veículos roubados: de acordo com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), em 1999 foram mais de mil ocorrências por dia.

Segundo a incidência de homicídios por mil habitantes, os Estados mais violentos do Brasil são Roraima, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Amapá. É difícil afirmar quais são as causas da maior falta de segurança nesses Estados, porém algumas informações sugerem possíveis origens.

## GRÁFICO 11

### Estados mais violentos do Brasil

Coeficiente de mortalidade por homicídios (por 100 mil hab.)



Fonte: IBGE - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2002

Os Estados amazônicos, por exemplo, sofrem com a violência oriunda de conflitos pela posse da terra, os quais ocorrem em nossas fronteiras e envolvem povos indígenas, garimpeiros, narcotraficantes e fazendeiros invasores.

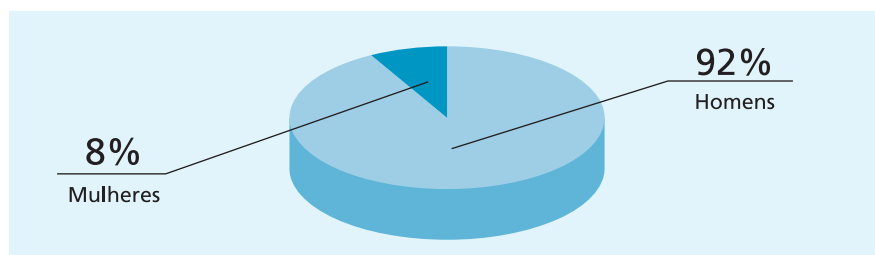
Já nos demais Estados, a existência de uma conjuntura explosiva eleva potencialmente os índices de criminalidade. Essa conjuntura se caracteriza pela presença de grandes aglomerados urbanos sem condições adequadas de vida, pela miséria generalizada e pela corrupção localizada no aparelho policial. Tais fatores explicitam a ausência do poder público nesses espaços, normalmente situados em regiões periféricas das grandes cidades, onde impera um poder paralelo em geral vinculado ao tráfico de drogas e armas. Por isso são maiores os índices de violência nas regiões metropolitanas e nas capitais, respectivamente.



Com base nas estatísticas das vítimas de crimes violentos, podemos afirmar que a violência tem rosto. Inicialmente chama a atenção o fato de que as vítimas de homicídio são, em sua grande maioria, jovens do sexo masculino. Em 2000, por exemplo, 92% das vítimas de agressões fatais no município de São Paulo eram homens, dos quais 42% com idade entre 20 e 29 anos. E a taxa de homicídios no Brasil, que é de 27 por 100 mil habitantes, cresce para 99 por 100 mil habitantes quando levamos em consideração somente homens da faixa etária de 15 a 24 anos. Segundo esse mapeamento da Unesco, a idade mais perigosa para um jovem brasileiro é 20 anos, quando a taxa de homicídios chega a 2.220 mortes por 100 mil habitantes. Tais dados demonstram que a violência por homicídios aumenta sobretudo por conta dos homicídios juvenis.

### GRÁFICO 12

A grande maioria das vítimas de homicídio em São Paulo são homens



Fonte: *Mapa da Violência III: os Jovens do Brasil* <sup>25</sup>

<sup>25</sup> Waiselfisz, Jacobo. *Mapa da Violência III: os Jovens do Brasil*. Unesco, 2002

Além disso, há que destacar o fato de que pessoas negras e mestiças sofrem mais com a violência do que os jovens brancos. Segundo estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo<sup>26</sup>, em 1998, as armas de fogo são a primeira causa de morte entre os negros (7,5%), enquanto entre brancos é a quinta principal causa, com 2,8% do total. No mesmo estudo, a probabilidade de um negro entre 20 e 49 anos morrer com tiros é quase o dobro da de um homem branco da mesma idade.

A violência, assim como a pobreza, tem muitas faces; por isso é difícil apontar suas causas. Seus impactos, porém, são sentidos literalmente na pele, principalmente entre os mais jovens. Hoje em dia é difícil encontrar alguém que não tenha uma história para contar: multiplicam-se os relatos de familiares e conhecidos sobre situações de medo e desesperança. Não há tampouco uma única solução mágica e milagrosa para o problema da violência.

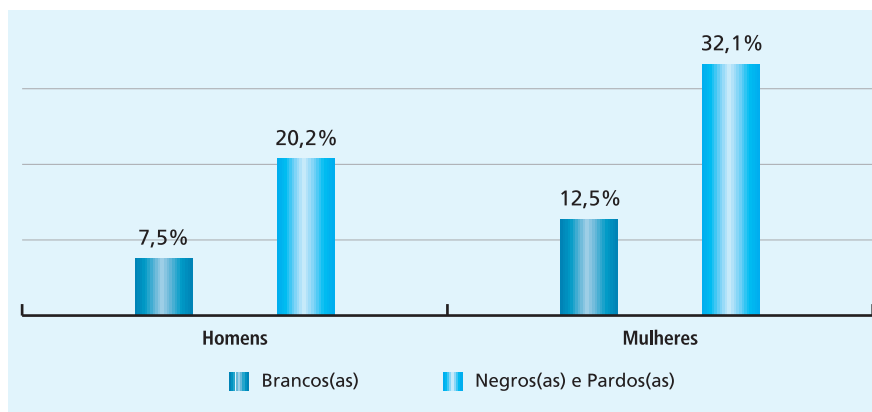
<sup>26</sup> Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Racismo e Saúde. Maria Inês da Silva Barbosa, Tese de Doutorado, 1998.

# Eqüidade

Finalmente, é necessário apontar que, se não todos, quase todos os dados apresentados anteriormente revelam também, quando desagregados, grandes distâncias entre pessoas de descendências raciais diferentes. Anos de estudo, renda domiciliar, taxas de desemprego, presença nas casas legislativas e nos níveis hierárquicos superiores de empresas e organizações públicas sempre demonstram uma ordem distributiva perversa, que se reflete nesses dados de um estudo de 2000 sobre desemprego, gênero e raça.

**GRÁFICO 13**

**Índices de desemprego segundo gênero e raça**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pesquisa Nacional de Domicílios (Pnad), 1999, Instituto Ethos

Basicamente, ainda vivemos em uma sociedade em que ser mulher implica um tratamento de segunda classe e ser mulher e negra implica sofrer diariamente uma dupla exclusão: de gênero e de descendência. Contrariamente ao que se costuma dizer, o Brasil não é uma grande família, como se pode observar na tabela a seguir.

**TABELA 7**

**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Posição no Ranking do IDH	País
49°	Brasil Branco
55°	Cuba
79°	Brasil
103°	África do Sul
108°	Brasil Negro

Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) - Estudo sobre Indicadores de Desenvolvimento Humano, no projeto Brasil 2000 - Novos Marcos para as Relações Raciais, Rio de Janeiro, 20004.





# OS CAMINHOS DA AÇÃO



**Dois eixos de atuação**

---

**Indicadores ajudam a planejar e monitorar ações**

---

**Indicadores e temas**

---

1. Valores e Transparência

---

2. Público Interno

---

3. Meio Ambiente

---

4. Fornecedores

---

5. Consumidores e Clientes

---

6. Comunidade

---

7. Governo e Sociedade

---

**A**o propor uma publicação que tem como título **O Que as Empresas Podem Fazer pela Erradicação da Pobreza**, há uma clara intenção em estabelecer uma comunicação, simples e rápida, com os presidentes, conselhos de administração, diretores, executivos, gerentes e demais quadros empresariais que participam ou exercem algum tipo de influência nos processos decisórios de suas respectivas instituições.

Talvez ainda existam dúvidas sobre a importância da participação das empresas e o papel a ser desempenhado por elas na construção de um país mais justo e menos desigual. Afinal, há sempre quem pense que o enfrentamento da pobreza é, antes de tudo, um assunto do governo federal e dos governos estaduais e municipais.

De fato, a política governamental, aqui entendida como uma ação deliberada do Estado e dos poderes públicos constituídos para atender às necessidades e demandas da sociedade, exerce uma função central no combate à pobreza e na construção de um desenvolvimento social e economicamente sustentável. Entretanto, a participação de um maior número de pessoas e instituições na resolução dos problemas sociais (entre elas as associações e movimentos comunitários, organizações não-governamentais, grupos religiosos, entidades assistenciais e filantrópicas, associações de classe, centros de pesquisa, acadêmicos, voluntários e empresários) é essencial para potencializar e ampliar as ações de inclusão, fortalecer e complementar as políticas públicas e favorecer um maior controle social.

Nessa ótica de participação ampliada e de co-responsabilidade social, há muitas ações que cada um pode e deve assumir sozinho, a partir daquilo que é mais próximo. Mas há também estudos e práticas concretas que demonstram ser possível, e nada complicado, a realização de trabalhos conjuntos entre governos locais, organizações da sociedade e empresas. Assim, os governos vão desco-



brindo que a partilha da responsabilidade, da execução e do monitoramento possibilita a ampliação no número da população beneficiária, a adesão e legitimidade popular, a diminuição nos custos dos programas e projetos, a efetividade, a transparência nos gastos públicos e a longevidade das ações em curso, e isso independentemente de descontinuidades administrativas.

Quanto às empresas, há uma maior compreensão de que seus funcionários, colaboradores, consumidores e usuários são afetados — diretamente — pelas políticas e questões econômicas, sociais e ambientais. Dessa maneira, as empresas também passam a descobrir que seus produtos e serviços não podem estar dissociados da ausência ou dos impactos de políticas governamentais e, tampouco, dos interesses e demandas da sociedade.

## Dois eixos de atuação

De forma geral, pode-se dizer que há dois grandes eixos para as ações empresariais visando à erradicação da pobreza. Algumas dessas ações podem, inclusive, ser encontradas entre os diferentes indicadores de responsabilidade social construídos pelo Instituto Ethos. É provável também que algumas das empresas que respondem ao questionário ou utilizam os indicadores em suas discussões internas já estejam ativas nesse campo — talvez sem perceber a importância que ações, às vezes as mais simples, podem ter.

O primeiro eixo refere-se a uma maior sensibilidade dentro das atividades comerciais, administrativas e produtivas normais da empresa, a sua responsabilidade enquanto empreendimento comercial. Muito pode ser dito sobre a atuação empresarial em relação a seus produtos, serviços e funcionários e sobre sua intervenção entre a população desfavorecida. Também se deve ressaltar a existência de inovações nas políticas internas das empresas e em suas ações de promoção social. Nessa linha, citamos os seguintes exemplos:

- A avaliação das políticas de recursos humanos no que concerne à remuneração e aos benefícios, práticas afirmativas de recrutamento e seleção, estratégias de manutenção da força de trabalho em períodos difíceis, entre outras;
- A avaliação de políticas de negociação de práticas de recursos humanos com os fornecedores e com os fornecedores dos fornecedores (ações afirmativas e erradicação do trabalho infantil, por exemplo);
- A adoção de políticas de gestão da cadeia de suprimentos voltadas às práticas de comércio justo e equitativo (incluindo os fornecedores de fornecedores);
- A introdução de políticas de compra de materiais e serviços gerais direcionadas ao apoio de iniciativas locais de geração de emprego e renda.

O segundo eixo diz respeito à presença da empresa como um dos atores sociais dentro do espaço público, mantendo vínculos com a comunidade local como pessoa jurídica ou como coletivo de pessoas físicas. Eis alguns exemplos de uma possível ação proativa das empresas na esfera pública:

- Atuações de liderança e influência social;
- Participação na discussão e elaboração de propostas de intervenção pública de erradicação da pobreza; Participação e monitoramento em projetos sociais que visem colaborar com o desenvolvimento local e regional. Escutar as comunidades, os usuários e consumidores, ter uma sensibilidade aguçada para as implicações dos pequenos eventos do dia-a-dia, bem como buscar o diálogo permanente e horizontal, são atitudes acertadas e fundamentais para uma articulação eficaz e duradoura na erradicação da pobreza. Muitas empresas ainda não estão acostumadas a estabelecer uma relação franca e direta com os fornecedores de serviços, a fim de discutir, por exemplo, suas condições de trabalho ou suas políticas de compra. Algo tão simples, como um restaurante de fábrica que serve quinhentas refeições por dia, pode ser um poderoso instrumento para a erradicação da pobreza e para mudanças de atitudes, que, em regra, devem começar em seu espaço de trabalho cotidiano. Para isso basta seguir o caminho da produção do serviço e fazer as seguintes perguntas: quem produz as refeições?; onde se compram os insumos?; os pequenos agricultores das redondezas podem ser envolvidos? É claro que não se pode esquecer um fator-chave nessa busca de mudança de postura: a criatividade. E é essa criatividade, aliada à vontade e à sensibilidade de compreender a complexidade e as tramas da pobreza dentro de uma perspectiva de desigualdade e de exclusão social, que alimenta a busca pragmática de soluções e produz os casos relatados no final desta publicação.

## Indicadores ajudam a planejar e monitorar ações

Desde 1999, o Instituto Ethos vem desenvolvendo os Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial, uma metodologia de acompanhamento e monitoramento de práticas de responsabilidade social. Os Indicadores Ethos estão estruturados em torno de sete grandes temas: 1) Valores e Transparência; 2) Público Interno; 3) Meio Ambiente, 4) Fornecedores; 5) Consumidores e Clientes; 6) Comunidade; e 7) Governo e Sociedade. Confira a seguir a síntese de cada tema.

### Indicadores e temas

#### Valores e Transparência

Entre os valores de uma empresa estão os princípios éticos que orientam sua conduta e fundamentam a visão da missão social inerente a suas atividades. A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, procurar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e alcançar sucesso nos negócios e retorno para os investimentos. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimação social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

## Público Interno

A empresa socialmente responsável não se limita a respeitar os direitos dos trabalhadores, consolidados na legislação trabalhista e nos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda que esse seja um pressuposto indispensável. Mas deve ir além e investir em desenvolvimento pessoal e profissional, bem como na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações com os empregados. Também deve estar atenta ao respeito às culturas locais, revelado por um relacionamento ético e responsável com as minorias e com as instituições que representam seus interesses.

## Meio Ambiente

Ao relacionar-se com o meio ambiente, a empresa causa impactos de diferentes tipos e intensidades. Uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos e amplificar os positivos. Portanto, deve agir para a manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando o risco em operações potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos nesse sentido.

## Fornecedores

A empresa que tem compromisso com a responsabilidade social se envolve com seus fornecedores e parceiros, cumprindo os contratos estabelecidos e trabalhando pelo aprimoramento de suas relações de parceria. A ela cabe transmitir os valores de seu código de conduta a todos os participantes de sua cadeia de fornecedores, tomando-o como orientador em casos de conflitos de interesse. A empresa deve conscientizar-se de seu papel no fortalecimento da cadeia de fornecedores, atuando no desenvolvimento dos elos mais fracos e na valorização da livre concorrência.

## Consumidores e Clientes

A responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que minimizem os riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. A publicidade de produtos e serviços deve garantir seu uso adequado. Informações detalhadas devem estar incluídas nas embalagens e deve ser assegurado suporte ao cliente antes, durante e após o consumo. A empresa deve alinhar-se aos interesses do cliente e buscar satisfazer suas necessidades.

## Comunidade

A comunidade em que a empresa está inserida lhe fornece infraestrutura e o capital social representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. O investimento pela empresa em ações que tragam benefícios sociais para a comunidade é uma contrapartida justa, além de reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa. O respeito aos costumes e culturas locais e o empenho na educação e na disseminação de valores sociais devem fazer parte de uma política de envolvimento comunitário da empresa, resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias sociais.

## Governo e Sociedade

A empresa deve relacionar-se de forma ética e responsável com os poderes públicos, cumprindo as leis e mantendo interações dinâmicas com seus representantes, visando à constante melhoria das condições sociais e políticas do país. O comportamento ético pressupõe que as relações entre a empresa e os governos sejam transparentes e honestas para a sociedade, acionistas, empregados, clientes, fornecedores e distribuidores. Cabe à empresa manter uma atuação política coerente com seus princípios éticos e que evidencie seu alinhamento com os interesses da sociedade.



O QUE  
SUA EMPRESA  
FAZ OU  
PODERIA FAZER?



## Gabarito de iniciativas para a erradicação da pobreza

**A** partir dos dados apresentados e contextualizados sobre a pobreza e suas múltiplas faces, nota-se que ainda há muito a ser feito para seu enfrentamento. Entretanto, por meio de exemplos concretos diferenciados de ação pública, não-governamental e privada, tem-se a certeza de que é possível apoiar, investir, implementar e participar — de diversas maneiras —, com vista à construção de um desenvolvimento mais justo. Os exemplos de práticas sociais bem-sucedidas são inúmeros e, muitas vezes, dispersos por nosso imenso país, porém revelam que agir na promoção da cidadania está ao alcance de todos os indivíduos e empresas.

Os Indicadores Ethos constituem-se numa ferramenta de auto-avaliação que utiliza um questionário com 33 perguntas. Algumas das questões apresentadas possuem uma relação direta com práticas de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. Por isso, esse instrumento pode ajudar os empresários a responder a seguinte questão: o que minha empresa está fazendo, ou poderia fazer, para erradicar a pobreza e promover a inclusão social?

Em pelo menos dezenove dos 33 itens propostos, observa-se que as ações avaliadas geram um impacto direto na erradicação da pobreza. Entre esses itens, com seus quatro níveis descritivos para instrumentalizar as respostas, há um mundo de possibilidades de ações concretas. O simples ato de verificar a tabela salarial em relação, por exemplo, aos dados da cesta básica do Dieese já seria, por si só, uma ação extremamente útil em muitas empresas, especialmente quando se considera, também, a relação com os fornecedores.

Entretanto, cada empresa e cada empresário, presidente, executivo, gerente e colaborador também podem ter uma percepção do que é importante e quais ações devem ser prioritárias, visando contribuir para superar as múltiplas dimensões da pobreza e da exclusão. Nessa ótica, propomos uma seleção a partir dos Indicadores Ethos, utilizando-os como instrumento de monitoramento.

Por exemplo, uma empresa pode decidir que o Indicador n° 10 (Valorização e Promoção da Diversidade) será sua referência para medir a ação interna na perspectiva de redução da desigualdade social. O mesmo indicador fornece a ferramenta operacional para a auto-avaliação.

A seleção de Indicadores Ethos sobre Responsabilidade Social Empresarial<sup>27</sup> apresentada a seguir é um breve exercício que pode ajudá-lo a avaliar as ações de sua empresa ou descobrir por onde começar.

<sup>27</sup> *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2003*. Instituto Ethos.

# Gabarito de iniciativas para a erradicação da pobreza

## Relações com a Concorrência — quanto às políticas de relacionamento com a concorrência, a empresa:

Segue as práticas de preço e concorrência comuns ao mercado, cumprindo a legislação.

Discute internamente a postura da empresa perante os concorrentes e busca um posicionamento leal.

Discute sua postura com fornecedores e clientes, alertando-os para as questões da concorrência leal, e participa de associações de classe na discussão desses aspectos.

Exerce posição de liderança em seu segmento nas discussões relacionadas à busca de padrões de concorrência cada vez mais elevados (combate à formação de trustes e cartéis, práticas desleais de comércio, fraude em licitações e espionagem empresarial).

SOME 1 PONTO!

SOME 2 PONTOS!

## Balanco Social — com relação à elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades, a empresa:

Elabora sem regularidade definida relatório com informações sobre suas ações sociais e ambientais.

Elabora um relatório anualmente, descrevendo suas ações sociais e ambientais e incorporando aspectos quantitativos.

Produz um balanço social que aborda aspectos sociais, ambientais e econômicos de suas atividades, contendo exclusivamente resultados favoráveis e sendo facilmente acessível.

Produz um balanço social que integra as dimensões sociais, ambientais e econômicas de suas atividades, elaborado com amplo envolvimento interno e de *stakeholders* externos e facilmente acessível.

SOME 1 PONTO!

SOME 2 PONTOS!

SOME 3 PONTOS!

**Compromisso com o Futuro das Crianças — no tratamento da questão dos direitos da criança e do adolescente, a empresa:**

Além de respeitar a legislação nacional, que proíbe o trabalho antes dos 16 anos (exceto na condição de aprendiz entre os 14 e 16 anos), discute internamente a importância da educação e as consequências do trabalho infantil.

**SOME 1 PONTO!**

Além de respeitar a legislação, que proíbe o trabalho infantil, e discutir a questão internamente, possui projetos que contribuem para o desenvolvimento dos filhos dos funcionários, estimulando suas competências técnicas e psicossociais (cidadania, esportes, artes).

**SOME 2 PONTOS!**

Além do escrito anteriormente, estende esses projetos às crianças da comunidade.

**SOME 3 PONTOS!**

Coordena seus projetos com outros realizados na comunidade e atua junto ao poder público em benefício da criança e do adolescente.

**SOME 4 PONTOS!**

**Valorização da Diversidade — reconhecendo a obrigação ética das empresas de combater todas as formas de discriminação e de valorizar as oportunidades oferecidas pela riqueza étnica e cultural de nossa sociedade, a empresa:**

Declara-se contra comportamentos discriminatórios no ambiente interno e na relação com seus clientes, mas não possui processos formais de promoção da diversidade.

Promove a diversidade por meio de normas escritas que proíbem práticas discriminatórias, regulando os processos de admissão e promoção e orientando sobre o encaminhamento da denúncia.

Além de possuir normas escritas, oferece treinamento específico sobre o tema e utiliza indicadores para identificar áreas problemáticas e estabelecer estratégias de recrutamento e promoção.

**SOME 1 PONTO!**

Além de possuir normas antidiscriminatórias, de ressaltá-las nos processos de admissão e promoção, de oferecer treinamento sobre o tema e de monitorar seus quadros, desenvolve atividades de valorização de grupos pouco representados na empresa.

**SOME 2 PONTOS!**

**Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho — visando assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança, a empresa:**

Vai além das obrigações legais e tem planos e metas para alcançar os padrões de excelência em saúde, segurança e condições de trabalho em seu setor.

Possui planos e metas para ultrapassar os padrões de excelência em saúde, segurança e condições de trabalho em seu setor.

Além de ter como meta ultrapassar os padrões de excelência em saúde, segurança e condições de trabalho em seu setor, desenvolve campanhas regulares de conscientização e pesquisa o nível de satisfação dos funcionários em relação ao tema, evidenciando áreas críticas.

Além de desenvolver campanhas e realizar pesquisas, as metas e os indicadores de desempenho relacionados a condições de trabalho, saúde e segurança são definidos com a participação dos empregados e divulgados amplamente.

**SOME 1 PONTO!**

**Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade — para desenvolver seus recursos humanos, a empresa:**

Promove atividades de treinamento pontuais, focadas no desempenho de tarefas específicas.

Mantém atividades sistemáticas de desenvolvimento e capacitação, visando ao aperfeiçoamento contínuo de todo o seu pessoal e considerando a aplicabilidade em sua função atual.

Além de promover capacitação contínua, oferece bolsas de estudo ou similares para a aquisição de conhecimentos com impacto positivo na empregabilidade de seus funcionários, independentemente da aplicabilidade em sua função atual.

Em todos os níveis hierárquicos, promove capacitação contínua e oferece bolsas de estudo ou similares para a aquisição de conhecimentos com impacto positivo na empregabilidade de seus funcionários, independentemente da aplicabilidade em sua função atual.

**SOME 1 PONTO!**

### Comportamento frente a Demissões — diante de necessidade de redução de custo de pessoal, a empresa:

Procura evitar demissões, analisando e discutindo alternativas de contenção e redução de despesas com todos os empregados.

Além de discutir alternativas com os empregados, permite acesso às informações que balizaram as decisões e oferece programa de demissão voluntária incentivada.

Além de discutir alternativas internamente e criar incentivos para demissão voluntária, estabelece indicadores socioeconômicos (idade, estado civil, número de dependentes) para orientar a definição de prioridades.

Além de discutir alternativas, permitir acesso às informações e estabelecer critérios socioeconômicos para a definição de prioridades, oferece serviços de recolocação e/ou financia a recapacitação e manutenção de benefícios aos trabalhadores demitidos, em todos os níveis hierárquicos.

**SOME 1 PONTO!**

### Preparação para a Aposentadoria — visando preparar seus funcionários para a aposentadoria, a empresa:

Oferece informações básicas quanto à obtenção da aposentadoria.

Orienta e oferece assessoramento regular quanto a modificações na legislação, alternativas e procedimentos administrativos necessários para a obtenção da aposentadoria.

Desenvolve atividades sistemáticas de orientação (coletiva e individual), aconselhamento e preparação para a aposentadoria, discutindo seus aspectos psicológicos e de planejamento financeiro.

Além de desenvolver um programa sistemático de preparação interna, a empresa oferece oportunidades de aproveitamento da capacidade de trabalho dos aposentados.

**SOME 1 PONTO!**

## **Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores — para regular suas relações com fornecedores e parceiros, a empresa:**

Possui políticas de seleção e avaliação de fornecedores e parceiros conhecidas pelas partes envolvidas e baseadas apenas em fatores como qualidade, preço e prazo.

Possui normas conhecidas de seleção e avaliação de fornecedores que contemplam critérios e exigências relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal.

Além de critérios básicos de respeito à legislação, as normas de seleção e avaliação de fornecedores incluem critérios específicos de responsabilidade social, como proibição do trabalho infantil, relações de trabalho adequadas e adoção de padrões ambientais.

Além dos critérios descritos anteriormente, exige que seus fornecedores reproduzam suas exigências quanto à responsabilidade social para seus respectivos fornecedores e monitorem esses critérios periodicamente.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**

## **Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva — em suas relações com fornecedores e parceiros, a empresa:**

Discute com eles a questão do trabalho infantil e os estimula a cumprir a legislação.

Além de discutir a questão, possui cláusula específica em seus contratos com fornecedores relativa à proibição do trabalho infantil.

Além de possuir cláusulas contratuais em seus contratos com fornecedores que proíbem o trabalho infantil, verifica seu cumprimento.

Articula programas e atividades que visam erradicar o trabalho infantil em sua cadeia produtiva, incluindo sua proibição nos contratos de seus fornecedores com terceiros.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**



**Relações com Trabalhadores Terceirizados — em suas relações com trabalhadores terceirizados e/ou com fornecedores desses serviços, a empresa:**

Mantém relação contratual dentro dos parâmetros legais de co-responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Monitora periodicamente o cumprimento dos requisitos estabelecidos, exigindo que sejam feitos ajustes que garantam o correto cumprimento da legislação.

Além de monitorar o cumprimento da legislação, negocia com seus fornecedores para que proporcionem a seus funcionários níveis salariais compatíveis com as médias de mercado.

Oferece ao trabalhador terceirizado as mesmas condições de saúde e segurança e o acesso a benefícios básicos gozados pelos funcionários regulares, como transporte, alimentação, creche, ambulatório etc.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**

**Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores — com relação a fornecedores de igual ou menor porte, a empresa:**

Negocia com transparência e estabelece relações contratuais apenas com base em critérios comerciais.

Contribui para a melhoria do padrão gerencial dos parceiros, disponibilizando informações e promovendo atividades conjuntas de treinamento.

Além de contribuir para a melhoria gerencial, mantém relações comerciais duradouras com parceiros e utiliza critérios de negociação que consideram seu crescimento futuro.

Além de contribuir para o crescimento de seus fornecedores de igual ou menor porte, estimula e facilita seu envolvimento em projetos sociais e ambientais.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**

**Gerenciamento do Impacto da Empresa na Comunidade de Entorno — considerando seus possíveis impactos na vida da comunidade (demanda em relação a centros de saúde e lazer, creches, transporte público, tráfego de veículos etc.), a empresa:**

Procura tomar medidas reparadoras em resposta a reclamações e manifestações da comunidade.

Conhece em profundidade seus impactos na comunidade, possui processo estruturado para registrar reclamações e promove reuniões sistemáticas para informar lideranças locais sobre providências tomadas.

Possui uma política formal de antecipar-se a demandas da comunidade e informá-la sobre atuais e futuros planos e impactos de suas atividades e envolve a comunidade na resolução dos problemas.

Além de possuir uma política formal de relacionamento com a comunidade, mantém comitês permanentes ou grupos de trabalho com a participação de lideranças locais para analisar suas atividades e monitorar seus impactos.

**SOME 1 PONTO!**

**Relações com Organizações Locais — com relação às organizações comunitárias, ONGs e equipamentos públicos (escola, postos de saúde etc.) presentes em seu entorno, a empresa:**

Conhece superficialmente suas atividades e responde pontualmente a eventuais pedidos de apoio.

Participa da vida associativa local e apóia várias entidades com doações, financiamento de projetos, capacitação das lideranças envolvidas e disseminação de experiências bem-sucedidas.

Mantém parcerias de longo prazo com entidades da comunidade local e participa da elaboração e implantação de projetos conjuntos.

Além de parcerias com entidades locais, busca influenciar políticas públicas, estabelecendo alianças e participando de diversas redes para maximizar sua contribuição para o desenvolvimento local.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**

### Financiamento da Ação Social — o financiamento da ação social da empresa é baseado em:

Verba variável, administrada arbitrariamente por diretor ou gerente, em resposta a solicitações externas.

Verbas definidas em orçamento anual, geridas com transparência por comitê ou grupo de trabalho, conforme critérios preestabelecidos.

Programa social estruturado, com dotação orçamentária estável, gerenciado por equipe especializada.

Programa social estruturado que conta com mecanismo próprio para a geração de receita, estando assegurada sua continuidade a longo prazo (fundo patrimonial e/ou percentual fixo sobre o faturamento da empresa).

**SOME 1 PONTO!**

### Envolvimento da Empresa com a Ação Social — como forma de concretizar sua ação social, a empresa:

Faz doações de produtos e recursos financeiros, e/ou mobiliza o trabalho voluntário de seus funcionários e/ou desenvolve projetos sociais próprios.

Além de doações e/ou projetos sociais corporativos, cede instalações, horas de seus funcionários ou equipamentos para atividades ligadas a esses projetos.

Além de apoio material, possui um projeto estruturado pelo qual cede suas competências técnicas, tecnológicas e gerenciais para fortalecer os projetos sociais (corporativos ou realizados por terceiros).

Além de apoio material e aporte de competências, envolve as organizações ou lideranças locais no desenho e na implementação dos projetos sociais e intercede perante outros organismos, públicos ou privados, pela concretização desses projetos.

**SOME 1 PONTO!**

**Práticas Anticorrupção e Propina — na relação com autoridades, agentes e fiscais do poder público, em todos os seus níveis, a empresa:**

Procura evitar situações que envolvam o favorecimento a agentes do poder público, porém não tem procedimentos formais e divulgados de controle e punição.

Mantém postura reconhecida pelo público interno quanto à proibição de favorecimento direto ou indireto a agentes do poder público.

Possui normas escritas sobre o tema e divulgadas amplamente ao público interno e externo (representantes do poder público com os quais se relaciona) e mantém procedimentos formais de controle, punição e auditoria.

Além de divulgar suas normas interna e externamente e auditar regularmente seu cumprimento, inclui entre elas a obrigatoriedade de denunciar às autoridades superiores qualquer oferta recebida.

**SOME 1 PONTO!**

**Liderança e Influência Social — buscando exercer sua cidadania por meio de associações e fóruns empresariais, a empresa:**

Participa de comissões e grupos de trabalho relacionados à defesa e promoção de interesses específicos de seu ramo ou setor de negócio.

Participa de comissões e grupos de trabalho relacionados a questões de interesse público e de responsabilidade social.

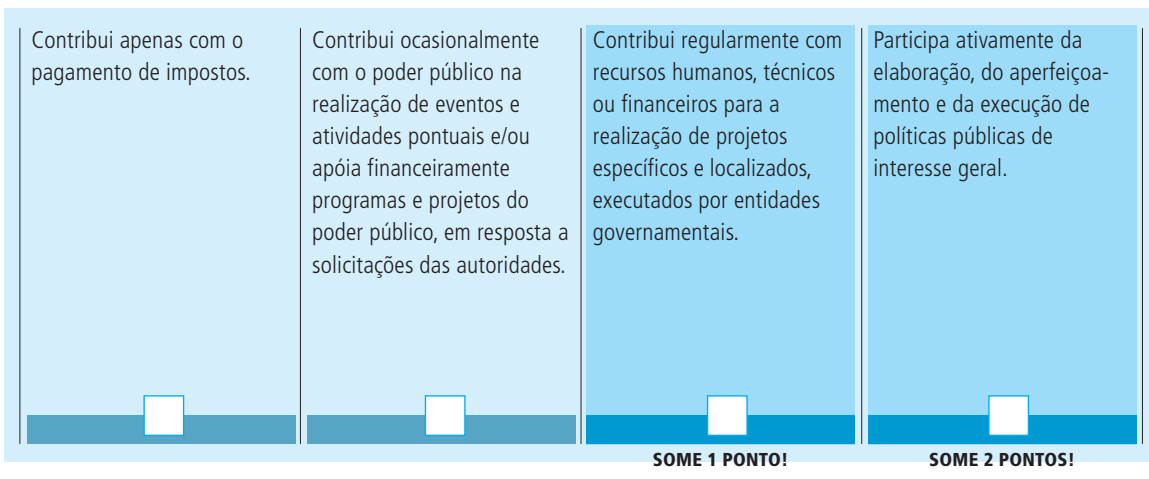
Participa ativamente, contribuindo com recursos humanos ou financeiros, de processos de elaboração de propostas de interesse público e caráter social.

Possui membros de sua alta direção envolvidos na elaboração de propostas de caráter social em diálogo com autoridades públicas, visando a sua adoção.

**SOME 1 PONTO!**

**SOME 2 PONTOS!**

**Participação em Projetos Sociais Governamentais — em seu envolvimento com as atividades sociais realizadas por entidades governamentais, a empresa:**



Se seu resultado é igual a 25, parabéns! Sua empresa, equipe e associados estão empenhados em atenuar as desigualdades. Entre 11 e 25, sua empresa demonstra comprometimento. De 1 a 10, sua empresa está se inserindo entre as potenciais soluções. Se, no entanto, seu resultado é zero, fica o convite para que se engaje e passe a fazer parte da solução.

A versão completa e atualizada dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial pode ser encontrada no site do Instituto Ethos: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br), na área Ferramentas de Gestão.

Veja, a seguir, algumas ações que contribuem para a erradicação da pobreza.



EXPERIÊNCIAS QUE  
CONTRIBUEM  
PARA A ERRADICAÇÃO  
DA POBREZA

**Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb)**

---

**Couro Vegetal da Amazônia**

---

**Coca-Cola Brasil**

---

**Companhia Energética Santa Elisa**

---

**DuPont**

---

**Pastoral da Criança**

---

**Programa Escola Pantaneira**

---

**Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove)**

---

**Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro**

---

**Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil**

---

**Projeto Arte Baniwa**

---

**Projeto Jeju — Reflorestamento de Palmito**

---

**Rede Pintadas**

---

**Projeto Pescar**

---

**Real Food**

---

**Shell Brasil**

---

**A**presentamos neste capítulo exemplos de experiências de erradicação da pobreza que ampliam as possibilidades de inclusão e, ao fazê-lo, contribuem para a construção de um novo espaço público no qual as pessoas podem encontrar-se, com dignidade e respeito, para a discussão e resolução das questões cotidianas. Foram selecionados entre os estudos de caso da Eaesp-FGV e do Instituto Ethos para demonstrar um pouco da variedade de ações possíveis que vêm sendo implementadas nos mais distantes pontos do país.

Buscar as ações dos diversos setores sociais e aprender com elas, transferindo e adaptando suas lições para outros lugares e questões, assim como saber somar esforços com atividades já em curso nas áreas e regiões de atuação da empresa, pode ser um excelente caminho para a erradicação da pobreza. E isso não somente pelo aumento dos recursos humanos e materiais envolvidos, mas também pela construção da solidariedade e de um agir cívico e coletivo responsável. Essa é a perspectiva dos exemplos apresentados, em ordem alfabética, que demonstram que trabalhar em conjunto pode, sim, fazer bastante diferença!





# Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb)

Criada em 1980, a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb), na Bahia, visa estimular a organização comunitária e produtiva dos pequenos agricultores da região, bem como o desenvolvimento socioeconômico local, facilitar o acesso ao crédito e gerar emprego e renda para os sertanejos e sisaleiros.

O trabalho desenvolvido se articula em três eixos: o primeiro se refere ao manejo adequado das duas principais alternativas econômicas da região — o beneficiamento do sisal e a criação de cabras; o segundo tem como objetivo a ampliação do microcrédito rural — com a criação da Cooperativa de Crédito, a Apaeb facilita o acesso dos pequenos agricultores ao crédito, estimulando a produção; o terceiro eixo trabalhado é a industrialização e comercialização dos produtos. O sisal, fibra natural extraída do agave, planta típica da região, é beneficiado em uma fábrica que compra a produção dos pequenos agricultores por um preço justo.

Por meio da cooperativa são beneficiados 4.200 pequenos agricultores, que em outubro de 2002 movimentaram 2,2 milhões de dólares em operações de crédito. Atualmente, grande parte da produção é vendida para outros países. Os produtos provenientes da caprinocultura seguem a mesma lógica da produção coletiva, com garantia de preços e financiamentos facilitados.

A atuação da Apaeb possibilitou que o número de empregos gerados na fábrica de sisal aumentasse de 145, em 1995, para 811, em 2001. A associação também foi responsável pela injeção de 11 milhões de reais na região, dos quais cerca de 40% foram repassados diretamente aos pequenos produtores por meio da aquisição de matéria-prima.

Além disso, a instituição coordena diversos programas sociais, como Escola Família Agrícola, Rádio Comunitária, TV Itinerante, Escola de Informática e Cidadania, Projeto Descobrir, para crianças e adolescentes, Provedor de Internet, Produção de Alimentação Alternativa, entre outros.

Contato:  
**Ismael Ferreira de Oliveira**  
Diretor-executivo  
E-mail:  
[apaebvalente@apaeb.com.br](mailto:apaebvalente@apaeb.com.br)  
Site:  
[www.apaeb.org](http://www.apaeb.org)

Todas essas atividades são realizadas em parceria com sindicatos, igrejas, associações comunitárias locais e organizações como a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Kellogg, o Banco do Nordeste e as ONGs internacionais Disop, da Bélgica, e Cordaid, da Holanda.

# Couro Vegetal da Amazônia

O Projeto Couro Vegetal da Amazônia foi criado em 1991, como uma iniciativa da empresa Couro Vegetal da Amazônia S.A. Posteriormente, incorporou a ONG Instituto Nawa para o Desenvolvimento do Extrativismo Sustentável na Amazônia e três associações de pequenos produtores extrativistas: a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Asarea), a Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa (Apas) e a Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (Askarj).

O projeto visa a comercialização do couro vegetal, produto típico da floresta amazônica. A origem desse produto é o saco encauchado, que consiste num saco de farinha banhado no látex de seringueira. O saco encauchado era utilizado pelas populações tradicionais da floresta para levar instrumentos de trabalho e mantimentos, que, dessa forma, ficavam protegidos das constantes chuvas da região.

Durante a Conferência Rio-92 — cúpula mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento —, alguns empresários do Rio de Janeiro utilizaram o saco encauchado como matéria-prima para a produção de bolsas e pastas. Mas, devido ao calor da cidade, o látex das bolsas derreteu, inviabilizando sua comercialização.

No entanto, a grande aceitação do produto no mercado levou as instituições participantes do projeto a investir em seu aperfeiçoamento. Com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT-USP), foi desenvolvida uma técnica de vulcanização da borracha do látex que resolvia o problema do derretimento dessa matéria-prima. Também providenciou-se a patente do couro vegetal, que foi registrado com a marca comercial Treetap.

O próximo passo foi assegurar, entre as comunidades produtoras, um padrão de qualidade para o couro vegetal. Realizaram-se diversas oficinas de treinamento e capacitação, visando garantir uma produção mínima e a inserção comercial adequada do produto.

Contato:  
**José Osair Sales**  
Kaxinawá do Rio Jordão —  
Tarauacá (AC)  
Site:  
[treetap.amazonlife.com.br](http://treetap.amazonlife.com.br)

A Couro Vegetal da Amazônia estabeleceu parcerias com o BNDES, que financiou parte do projeto, e com a marca francesa Hermès, que adquire as lâminas do couro vegetal para produzir uma linha exclusiva de pastas, bolsas e outros artigos. Atualmente, a Couro Vegetal possui uma linha própria e diversificada de produtos como roupas, calçados, agendas, bolsas e malas.

A viabilização comercial do projeto, além de estimular a organização dos trabalhadores extrativistas em associações e de gerar emprego e renda, liberta-os de uma relação de superexploração estabelecida há muitos anos com os chamados atravessadores. Essa relação era baseada em “acordos” pelos quais os atravessadores vendiam utensílios e mantimentos a preços superfaturados e compravam toda a produção de látex dos seringueiros a preços subestimados.

A Coca-Cola, em parceria com o governo do Estado do Amazonas, desenvolveu o Projeto Gramixó, que visa beneficiar os pequenos agricultores e as cooperativas comunitárias da região por meio de incentivos à plantação de cana-de-açúcar e à produção de açúcar mascavo.

Utilizado pela empresa em sua fábrica em Manaus, o açúcar mascavo é uma das matérias-primas do concentrado distribuído para a fabricação do refrigerante em todo o país.

Em parceria com a Embrapa, a empresa desenvolveu uma variedade de cana-de-açúcar que se adaptou à região. Em seguida, procurou os municípios e ofereceu apoio para que os pequenos agricultores iniciassem o plantio e a produção.

As plantações são feitas somente em áreas de mata secundária, onde não existe floresta nativa. A empresa participa de toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de mudas e equipamento até a atividade da colheita, oferece microcréditos e garante a compra do produto final. Calcula-se que o projeto envolva, direta ou indiretamente, 3 mil pessoas.

Atualmente as cooperativas estão se tornando mais independentes e buscando saídas adicionais para a comercialização de seus produtos. Apesar de haver outros fornecedores na região, a Coca-Cola continua comprando a cana-de-açúcar dos pequenos agricultores e apoiando suas comunidades e suas cooperativas.

Contato:

**Maurício Bacellar**

E-mail:

[mbacellar@la.ko.com](mailto:mbacellar@la.ko.com)

Site:

[www.cocolabrasil.com.br/empresa/sociais/sociais.asp](http://www.cocolabrasil.com.br/empresa/sociais/sociais.asp)

# Companhia Energética Santa Elisa

Contato:

**Juliana Tonel Novo**

E-mail:

[jtn@santaelisa.com.br](mailto:jtn@santaelisa.com.br)

Site:

[www.santaelisa.com.br](http://www.santaelisa.com.br)

Em 1996, a Companhia Energética Santa Elisa implantou uma série de ações na área educativa. Em seu Programa de Educação Continuada, estabeleceu como principal objetivo da empresa erradicar o analfabetismo entre seus trabalhadores rurais. O programa já alfabetizou mais de 1.800 funcionários, dos quais 320 concluíram os níveis de ensino fundamental ou médio.

A empresa desenvolve também o Programa de Formação Técnica e Capacitação Profissional. Desde sua implantação, foram capacitados 640 funcionários para funções técnicas, tais como solda, caldeiraria, mecânica e elétrica. Outros 120 foram treinados como técnicos em química.

Em 2001, a Santa Elisa atingiu sua meta de eliminar as dispensas causadas pela sazonalidade funcional. Esse objetivo foi viabilizado devido à capacitação de seus funcionários, realizada tanto para os períodos de safra como para a entressafra.

Ações desse tipo favorecem a empregabilidade dos funcionários e contribui efetivamente com o processo de erradicação da pobreza, uma vez que diminui os índices de desemprego por meio do aumento da capacitação do corpo funcional.

A empresa desenvolve ainda as seguintes iniciativas: Programa Gente Saudável, reconhecido pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) como programa referência em medicina preventiva; Programa de Administração da Renda Familiar, que ensina os princípios da boa alimentação a custos reduzidos e desenvolve projetos de geração de renda; Programa de Integração Família/Empresa; Programa de Resistência às Drogas e à Violência; e Projeto Crescer.

A DuPont integra, desde agosto de 2001, o quadro de corporações associadas ao Centro de Integração Empresarial para Etnias e Grupos Historicamente Excluídos do Progresso Econômico do Brasil (Ciepeghepe), entidade que tem como objetivo promover a inclusão de grupos de afro-descendentes, povos indígenas e pessoas com deficiência. Empresas como a DuPont estimulam essa inclusão apoiando e realizando negócios com micro e pequenos empresários pertencentes a esses grupos e certificados pelo Ciepeghepe em sua lista de fornecedores.

A DuPont elegeu como meta ser um reflexo da sociedade em que opera e destaca a diversidade como um de seus valores importantes, criando programas específicos para incentivar na empresa a participação de mulheres e de minorias, como, por exemplo, pessoas negras ou com deficiência.

Além de fortalecer a participação de mulheres nos cargos de direção, a DuPont está arcando com os custos de cursos de graduação em Administração de Empresas de dez jovens — a maioria negros —, selecionados entre os melhores alunos das escolas públicas de Barueri, onde a empresa está localizada. Concluído o curso, os alunos serão convidados a fazer um estágio na companhia.

A empresa também adaptou seu prédio administrativo para facilitar o acesso de pessoas com deficiências e realizou um treinamento especial de conscientização com seus funcionários.

Contato:

**John Jansen**

E-mails:

[info@dupont.com](mailto:info@dupont.com)

[john-](mailto:john-)

[julio.jansen@bra.dupont.com](mailto:julio.jansen@bra.dupont.com)



# Pastoral da Criança

Contato:  
**Zilda Arns Neumann**  
**Curitiba (PR)**  
E-mail:  
[zildarns@pastoraldacrianca.org.br](mailto:zildarns@pastoraldacrianca.org.br)  
Site:  
[www.pastoraldacrianca.org.br](http://www.pastoraldacrianca.org.br)

A Pastoral da Criança, organização vinculada à Igreja Católica, foi criada em 1983 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, diminuir as taxas de mortalidade infantil e promover a segurança alimentar.

Em 2001, devido ao trabalho desenvolvido no Brasil e no exterior — notadamente na África —, a Pastoral foi indicada pelo governo para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.

Uma das principais atividades da organização é capacitar voluntários para promover o atendimento a crianças subnutridas e suas famílias. As crianças com suspeita de subnutrição são avaliadas pelos voluntários, que comparam os dados coletados com as informações contidas em tabelas da Organização Mundial da Saúde (OMS). A Pastoral realiza com a mãe de crianças subnutridas atividades de orientação e aprendizagem de técnicas de enriquecimento das refeições e de alimentação alternativa.

Nos municípios atendidos pela Pastoral a mortalidade infantil é de 13 mortes por mil nascimentos, enquanto a média nacional, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), é de 34,6 por mil. Os índices de desnutrição também vêm diminuindo. Na década de 1990, a desnutrição em crianças atendidas pela Pastoral diminuiu de 9,1% para 6,4%.

Presente em todos os Estados brasileiros, a Pastoral atua em mais de 60% dos municípios, com mais de 150 mil voluntários, que atendem cerca de 1,5 milhão de crianças com até 6 anos de idade.

No Brasil, a Pastoral da Criança possui parcerias com o Ministério da Saúde e o da Educação, a Rede Globo e a Sociedade Brasileira de Pediatria, entre outros. No exterior, o trabalho é realizado com o apoio do Unicef, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida).

Para promover o atendimento a crianças subnutridas e diminuir a mortalidade infantil, a Pastoral da Criança gasta 1,18 reais por criança, por ano.

# Programa Escola Pantaneira

Criado há três anos no município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, o Programa Escola Pantaneira é resultado de uma parceria entre a prefeitura local, por meio da Secretaria da Educação, e os fazendeiros da região, com o apoio da organização não-governamental WWF-Brasil.

Com o objetivo de garantir o acesso e a permanência das crianças em instituições de ensino, a Escola Pantaneira funciona com base em um calendário que respeita o ciclo das águas no Pantanal e possui um currículo diversificado, que objetiva recuperar a arte e a cultura locais. Além das disciplinas comuns do ensino fundamental, a escola trabalha com a educação ambiental e com a realidade específica do Pantanal.

Uma estimativa de 1997 indicava que estavam fora do ensino 958 crianças e adolescentes, dos quais cerca de 50% residiam nas fazendas do Pantanal. Em 1998 os trabalhadores da Fazenda Campo Novo procuraram o proprietário, Almir Sater, reivindicando a implantação de uma escola no local.

Com a aprovação do Conselho Estadual de Educação, a Escola Pantaneira iniciou suas atividades em três fazendas. Atualmente são dez unidades, nas quais trabalham dezenove professores, onze auxiliares e uma diretora de ensino.

Em 1999 teve início a parceria com a WWF-Brasil, responsável pela capacitação dos professores, pela manutenção da biblioteca da escola e pela distribuição do material didático — livro-texto e guia de atividades — para os alunos matriculados no programa.

A Associação de Parceiros, Pais e Professores da Escola Pantaneira (APPPEP), fundada pelos fazendeiros da região, conseguiu o apoio e parceria da ONG Conservation International, que doou um computador e aparelhos de vídeo e televisão para o programa, e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que oferece assistência médica aos alunos e formação em nível superior aos docentes, além de avaliar o currículo proposto e elaborar o Regimento Escolar. Atualmente, são 305 crianças beneficiadas, da primeira à sexta série.

Contato:  
**Cláudio Valério da Silva**  
Secretaria de Educação,  
Cultura e Esporte do  
município de Aquidauana  
(MS)

E-mail:  
[seceaqda@terra.com.br](mailto:seceaqda@terra.com.br)

Site:  
[www.escolabrasil.org.br](http://www.escolabrasil.org.br)

# Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove)

Contato:

**Humberto Mello e  
Paulo Sérgio Szukala  
Araújo**

E-mails:

**[humbertocrba@hotmail.com](mailto:humbertocrba@hotmail.com)  
[matheus@pe.sebrae.com.br](mailto:matheus@pe.sebrae.com.br)**

Os objetivos do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove) são gerar emprego e renda no campo, diminuir o êxodo rural e inserir o pequeno produtor agrícola em um processo produtivo mais eficiente. O trabalho se desenvolve em torno da criação de pequenas agroindústrias e do desenvolvimento de canais adequados de comercialização, o que inclui estratégias de marketing e logística de distribuição. Com isso, o próprio produtor rural manipula sua produção, agregando valor ao produto final, o que, conseqüentemente, aumenta a renda familiar.

O Prove foi implementado inicialmente pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, em 1995. Em 1999, com o fim da gestão responsável por sua implantação em Brasília, tornou-se uma organização não-governamental, garantindo a sustentabilidade do programa no Distrito Federal. A partir dessa época, o Prove também foi implantado nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, o Prove Pantanal, de responsabilidade do governo estadual, deu início, a partir de 1999, a 163 agroindústrias, das quais 72 estão em funcionamento — gerando mais de duzentos empregos diretos — e 91 em fase de construção. Além dessas, existem outras 45 agroindústrias aguardando a liberação de recursos.

No processo de agregação de valor e processamento dos alimentos buscam-se ganhos de escala para aumentar a renda dos agricultores. Por isso, a maioria dos insumos (embalagens, etiquetas etc.) é vendida a preços módicos, com quantidades e prazos flexíveis. O grande desafio é a comercialização, problema que envolve o desenvolvimento de pontos-de-venda e a organização da logística de distribuição. A solução encontrada foi a inserção dos produtos na cadeia da Rede Econômica de Supermercados — associação que congrega pequenos mercados e comerciantes de todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Com isso, o selo da marca Prove passa a ter também uma dimensão social, marcada pelas relações comerciais horizontais estabelecidas entre os produtores e a associação Rede Econômica de Supermercados. Dessa forma o Prove articula toda uma cadeia produtiva, que vai desde o produtor rural até o consumidor final, colaborando ainda para o desenvolvimento local.

# Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro

O Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro é uma iniciativa do Instituto da Terra para o Desenvolvimento Sustentável, o Meio Ambiente e a Cidadania.

Em parceria com pequenos empresários, o instituto oferece aos detentos do Presídio Masculino de Florianópolis, desde 1997, a oportunidade de reinserção social por meio de cursos profissionalizantes, de alfabetização, suplência do ensino fundamental e trabalhos remunerados.

A primeira empresa parceira do programa a atuar dentro do presídio foi a Papel da Terra, que produz papel reciclado. Em 1999, ela oficializou um convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina e outros pequenos empresários. Durante quatro anos, o presídio garante o espaço físico para as oficinas e a mão-de-obra para o trabalho; em troca, a Papel da Terra remunera os detentos e fornece produtos para a higiene, como aparelho de barbear, sabonete, creme dental etc. O papel reciclado feito pelos presos é matéria-prima para agendas, embalagens, porta-retratos e papelaria em geral.

Outras três empresas parceiras que atuam dentro do presídio são a Mensageiro dos Ventos, que produz móveis, sinos e birutas para decoração; a Fortaleza, uma oficina de extensões elétricas; e a Monte e Brinque, fabricante de brinquedos educativos, entre outros.

Essas iniciativas levaram os detentos a criar as próprias empresas. Uma delas, a marcenaria, fabrica berços, cadeiras, mesas e bancos de igreja. Os produtos são feitos sob encomenda e a renda é revertida para as famílias dos três detentos responsáveis pelo trabalho. Outras, de artesanato, são mantidas com matérias-primas cedidas pelos familiares e produzem tapetes, bonecas de pano e quadros com acabamentos de bordados.

Os presos também participam de cursos de alfabetização e suplência, oferecidos pela Secretaria Estadual da Educação, e de cursos profissionalizantes, resultado de uma parceria entre a Secretaria de Justiça e Cidadania e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), que contam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os detentos podem escolher cursos nas áreas de cozinha industrial, manutenção de prédios, artesanato, ou ainda optar pela

Contato:  
**Zuleica Medeiros**  
Instituto da Terra —  
Florianópolis (SC)

E-mail:  
[zuleica@institutodatterra.com.br](mailto:zuleica@institutodatterra.com.br)

Site:  
[www.institutodatterra.com.br](http://www.institutodatterra.com.br)

profissionalização como garçom, cabeleireiro ou técnico na área de conservas.

O dia-a-dia dos detentos é acompanhado por diversos segmentos religiosos, pela Pastoral Carcerária e pela Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC).

Entre os benefícios resultantes do programa estão, além da renda gerada para os 311 detentos e suas famílias, a redução dos índices de violência, fugas e rebeliões e o aumento do número de familiares nos dias de visita e em ocasiões especiais.

# Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil

O Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil foi desenvolvido pela Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) de Campina Grande, na Paraíba, que objetiva incentivar a formação de novas empresas de pequeno, médio e grande porte e a modernização e consolidação das já existentes.

Campina Grande chegou a ser o segundo maior exportador mundial de pluma (algodão sem caroço) na década de 1950. Após um período de grande desenvolvimento, a cidade sofreu uma redução na produtividade em função de uma praga que atingiu as lavouras, e o parque têxtil instalado na região perdeu mercado para São Paulo.

Sem conseguir se adaptar a tempo às novas tecnologias e competir com as grandes redes de varejo no mercado de roupas, os produtores da cidade foram forçados a retornar à agricultura de subsistência. Para mudar essa situação, a prefeitura de Campina Grande criou a AMDE, premiada em 2000 pelo Programa Gestão Pública e Cidadania.

Entre suas várias iniciativas, a AMDE concede microcrédito a pequenos empreendedores. E, com o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil, tem investido na qualificação e no treinamento de mão-de-obra através de cursos, aumentando a oferta de trabalho e a geração de renda para a comunidade local.

Das ações que fazem parte do programa se destacam a assistência técnica para a gestão administrativa e financeira dos empreendimentos, o apoio à formação de cooperativas, o incentivo à utilização de artesanato nas confecções (para agregar valor ao produto final), a gestão do processo produtivo do algodão colorido e o estímulo para que os empreendedores criem feiras e eventos.

A prefeitura da cidade é uma parceira do programa. Por meio da AMDE, ela beneficia os micro e pequenos empresários, comprando sua produção de uniformes escolares e de funcionários e de enxoval de hospitais, maternidades e postos de saúde.

Contato:  
**Silvana Nunes da Costa**  
Agência Municipal de  
Desenvolvimento (AMDE)  
— Campina Grande, PB

E-mail:  
[silvana@cgnet.com.br](mailto:silvana@cgnet.com.br)

Site:  
[www.pmcg.pb.gov.br](http://www.pmcg.pb.gov.br)

O programa se estende a 28 municípios vizinhos. O armazenamento e o beneficiamento do algodão são feitos no município de Patos, pela empresa Campal, que também se encarrega do transporte. E a malha é confeccionada em João Pessoa pela Embratex, empresa do grupo Coteminas.

Os parceiros diretamente envolvidos na produção criaram o Instituto Casaca de Couro, um grupo que se reúne mensalmente para trocar informações e planejar as ações. Fazem parte dele o Senar, o Senai, o Sebrae, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Paraíba (Sindvest) e a Embrapa, entre outros.

Outro projeto do governo de Campina Grande é o Centro de Produção e Comercialização do Setor de Confecções (Pólo Têxtil), um complexo de catorze fábricas e dezesseis lojas que recebeu 600 mil reais em investimentos da administração municipal, deverá contar com uma sede, a ser construída em terreno já adquirido, e uma área de apoio aos profissionais e às organizações que prestam serviço ao setor.

## Projeto Arte Baniwa

Em 1997, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Organização Indígena da Bacia do Rio Içana (Oibi) e o Instituto Socioambiental (ISA) iniciaram uma parceria visando incentivar o desenvolvimento e a comércio entre os índios da tribo Baniwa.

Os Baniwa, até então, viviam do extrativismo e da exploração mineral. Com a demarcação das terra indígenas no Amazonas, a tribo foi obrigada a buscar novas alternativas de geração de emprego e renda para garantir o sustento de suas famílias.

Com o fim das atividades de mineração, alguns índios Baniwa voltaram a desenvolver atividades ligadas a sua cultura tradicional, como a produção de cestaria de arumã.

O Projeto Arte Baniwa foi desenvolvido como uma experiência piloto de organização de um sistema produtivo e comercial de artesanato indígena, com valor cultural e ambiental agregado, autogerido e financeiramente rentável. Já na fase inicial de implementação notou-se um aumento de quase 40% na renda dos artesãos.

A Oibi é responsável pela coordenação do projeto, a Foirn dá suporte político e institucional e ao ISA, de São Paulo, cabe o apoio técnico. O projeto se articula em torno de dois eixos: o trabalho de organização produtiva e melhoria da qualidade do artesanato, sem permitir impactos negativos na vida e nos costumes Baniwa, e o desenvolvimento de uma estratégia de comercialização que envolve a prospecção de mercados consumidores, a organização da logística de transporte e a definição de uma estratégia de marketing. Atualmente a maior parte da produção é vendida para o mercado paulista, por meio da empresa Tok&Stok.

Além de estimular a biodiversidade, já que na produção da cestaria são utilizadas oito espécies de planta, essa iniciativa serve como uma estratégia de afirmação dos direitos indígenas. Isso ocorre porque a viabilização produtiva e comercial de um artesanato indígena tradicional significa, em última instância, a valorização de sua cultura ancestral, abandonada em nossa história recente. Cerca de 150 artesãos em dezesseis comunidades são beneficiados pelo projeto.

Contato:  
**André Fernando**  
Organização Indígena da  
Bacia do Içana (Oibi)  
Site:  
[www.socioambiental.org/  
website/baniwa/  
parceria.htm](http://www.socioambiental.org/website/baniwa/parceria.htm)



# Projeto Jeju — Reflorestamento de Palmito

Contato:

**Vando dos Santos Karai**  
**Aldeia Indígena do Ribeirão**  
**Silveira — São Sebastião (SP)**

O Jeju, desenvolvido pela Aldeia Indígena do Ribeirão Silveira, é um programa de preservação ambiental que busca meios alternativos de subsistência para os índios Guarani da região de São Sebastião, litoral norte de São Paulo.

O objetivo é aproveitar uma área de quase 10 milhões de metros quadrados com a produção de palmito, ensinar as famílias indígenas a gerar renda e restaurar a Mata Atlântica por meio do reflorestamento com um tipo de planta nativa ameaçada de extinção. Além do palmito, que dá nome ao projeto, são cultivadas plantas ornamentais.

Por ser raro, o palmito nativo da Mata Atlântica alcança alto valor comercial, o que estimula a extração clandestina. O rareamento cada vez maior da espécie coloca em risco também os animais silvestres que dela dependem para sobreviver.

Até o início da década de 90, os índios Guarani tinham de caminhar cerca de oito quilômetros para encontrar uma árvore no tamanho adequado para o corte. A solução foi fazer um viveiro improvisado próximo à aldeia. Foi esse viveiro que deu origem ao projeto, há seis anos, beneficiando os 350 habitantes da aldeia.

A prefeitura de Pintadas, na Bahia, visando aprimorar a utilização dos recursos naturais e gerar empregos, uniu-se a onze entidades da sociedade civil, incluindo associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, a Igreja Católica e o Projeto Pintadas, para formar a Rede Pintadas.

A Rede Pintadas implementa projetos de geração de emprego e renda, abastecimento de água, qualificação profissional, proteção a grupos sociais minoritários, comunicação, cultura e microcrédito, entre outros. Além de integrar as entidades em torno de um projeto comum, a Rede procura fortalecer a atuação de cada uma delas e descobrir novos parceiros.

A prefeitura é uma das protagonistas e a principal articuladora da rede, utilizando-a como um canal para o estabelecimento de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras.

Em 1985, após uma mobilização popular que levou ao assentamento de dezesseis famílias, a comunidade de Pintadas concluiu que seria necessário mais do que a propriedade da terra para garantir a subsistência da maioria dos agricultores familiares da região. O Projeto Pintadas-BNDES foi então desenvolvido, objetivando beneficiar trezentas famílias por meio da autogestão agrícola.

O projeto contou com o apoio de técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), ligada à Secretaria do Planejamento do governo do Estado, e recebeu um financiamento de 1,5 milhão de dólares do BNDES. A idéia, que consistia em formar grupos de sete a dez famílias e formar uma área que seria trabalhada coletivamente, não deu certo.

Apesar do relativo fracasso, o Projeto Pintadas-BNDES colocou os produtores em contato com pessoas e instituições nacionais e estrangeiras que apóiam o desenvolvimento do município. Com a restituição por parte dos grupos de 50% do dinheiro investido, foi criado um fundo que continua beneficiando a comunidade e viabilizou a construção do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP). Implementado por meio de uma ação conjunta da Paróquia de Pintadas, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Movimento de Jovens, o CCSP tornou-

Contato:  
**Neusa Cadore**  
**Prefeitura Municipal de**  
**Pintadas (BA)**

E-mail:  
[ppintadas@uol.com.br](mailto:ppintadas@uol.com.br)

Site:  
[www.bahiaplanet.com.br/  
cidades/paraguacu/  
pintadas](http://www.bahiaplanet.com.br/cidades/paraguacu/pintadas)

se um fórum de desenvolvimento municipal e de discussões das ações de interesse público e, em razão da dimensão tomada pelo projeto, passou a responder por todas as ações que têm como objetivo o desenvolvimento do município.

Desde sua criação, há quinze anos, a Rede Pintadas tem servido como uma “incubadora” de organizações sociais e age como órgão fiscalizador das políticas públicas municipais.

O Projeto Pescar objetiva a formação profissional de jovens carentes e sem acesso ao mercado de trabalho. Em parceria com empresas, fundações e o governo estadual do Rio Grande do Sul, o Pescar promove a inclusão social de crianças e adolescentes entre 14 e 18 anos.

Em 1976, após presenciar um assalto em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), em Porto Alegre, um empresário gaúcho iniciou um trabalho de capacitação com adolescentes de baixa renda.

Em um ano, quinze alunos foram aprovados no curso e inseridos no mercado de trabalho.

A avaliação positiva resultou na formação de outras turmas. O curso foi reestruturado e, em seis meses, formou mais trinta alunos. Na grade curricular, além de conhecimentos técnicos em mecânica, foram inseridos módulos sobre higiene e normas de convívio social. Também foi desenvolvido um processo pelo qual os alunos faziam pequenos estágios em outros departamentos, como, por exemplo, na área administrativa.

O resultado atraiu parceiros e, dois anos depois, já havia outras quatro unidades em funcionamento. O crescimento das atividades e a expansão das escolas geraram uma demanda de financiamentos e, em 1995, foi criada a Fundação Pescar, em parceria com o governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, existem vinte unidades funcionando em municípios gaúchos com população superior a 100 mil habitantes. Com o Projeto Pescar, são atendidos cerca de 1.500 adolescentes por ano. Uma pesquisa com egressos realizada alguns anos atrás revelou que 89% dos formados pelo Pescar foram inseridos no mercado formal de trabalho e 66% continuavam na profissão que aprenderam nas salas de aula “hospedadas” nas empresas.

Apesar de o projeto implicar custos, a empresa também é beneficiada pela implantação das escolas. Explicitar sua identificação com a comunidade em que está inserida e mostrar-se disposta a buscar soluções para a superação de problemas locais geram visibilidade no mercado e dão à empresa uma projeção talvez inatingível por estratégias tradicionais de marketing.

Contato:  
**Ézio Rezende**

E-mails:  
[pescar@pro.via-rs.net](mailto:pescar@pro.via-rs.net)  
[eziopescar@via-rs.net](mailto:eziopescar@via-rs.net)

# Real Food

Contato:

**Nidia Junqueira**

E-mails:

[marketing@realfood.com.br](mailto:marketing@realfood.com.br)

[realfood@realfood.com.br](mailto:realfood@realfood.com.br)

Site:

[www.realfood.com.br](http://www.realfood.com.br)

A Real Food, de Santo André, em São Paulo, desenvolve dois programas que objetivam a reinserção e a reintegração de detentos e ex-detentos no mercado de trabalho. A Associação Pró-Patronato Público de Santo André (Apropasa) tem como objetivo reabilitar e auxiliar presos recém-saídos da Cadeia Pública da cidade.

A entidade é formada por funcionários voluntários da Vara de Execuções Criminais do Município e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santo André. Esses voluntários organizam visitas periódicas de uma psicóloga e uma assistente social aos detentos em final de cumprimento da pena. Essas profissionais verificam a experiência profissional do detento e ajudam-no a se recolocar no mercado de trabalho.

A Real Food mantém ainda um contrato com a Vara de Execuções Criminais do Município para atender jovens infratores em conflito com a lei. A Lei 9.099 prevê uma pena de prestação de serviços de oito horas semanais. Os jovens infratores enquadrados nessa lei são aceitos pela empresa como parte do quadro de funcionários. A Real Food recoloca egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho desde 1998.

O Programa Iniciativa Jovem, realizado pela Shell Brasil, tem como objetivo fornecer apoio a jovens empreendedores. Baseado em experiências anteriores da empresa em países como Inglaterra e Holanda, o projeto foi implementado no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, visando incidir sobre a comunidade local e seu entorno.

O foco do trabalho é incentivar o espírito empreendedor de jovens entre 18 e 30 anos, preferencialmente em desvantagem social, criando condições para o desenvolvimento, o aprimoramento e a implantação de sua idéia de negócio. Os empreendimentos devem ter um compromisso com a comunidade local, seu espaço e sua realidade.

O programa é composto de duas fases: a Oficina de Idéias, que ensina os jovens a escolher e criar idéias de sucesso, e a Fábrica de Negócios, na qual as idéias são transformadas em ações.

Em sua última edição, a Oficina de Idéias reuniu 160 dos oitocentos jovens inscritos no programa. A Fábrica de Negócios, com o auxílio de consultores voluntários com experiência profissional de mercado, transformou 36 projetos em planos de negócio.

Os planos de negócio foram julgados por uma comissão formada por representantes da empresa, da Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Caixa Econômica Federal e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e os aprovados — segundo o critério de viabilidade socioeconômica — receberam um selo de “Empreendedor Sustentável”, ganhando assim acesso a oportunidades de crédito e o direito de usar a sede do programa como incubadora.

O escritório serve como um espaço de intercâmbio entre todos os envolvidos no projeto. Nele, os jovens empreendedores participam de diversos seminários e palestras e contam com o apoio de especialistas. Como complemento à iniciativa, a Shell promove também uma feira intitulada “Vitrine de Negócios”, na qual os jovens apresentam seus empreendimentos à comunidade e a futuros investidores.

Contato:  
**Fernanda Parente**  
Tel.: (21) 2508-7495.

Site:  
[www.iniciativajovem.org.br](http://www.iniciativajovem.org.br)





# OUTRAS AÇÕES



**Alumina do Norte do Brasil**

---

**Amanco Brasil**

---

**Barracões Culturais da Cidadania**

---

**Celulose do Maranhão (Celmar)**

---

**Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização  
das Condições de Trabalho**

---

**Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)**

---

**Doceria Beijinho Doce**

---

**Natura Cosméticos**

---

**Organizações Globo**

---

**RLM Comércio de Alimentos**

---

**Viação Santa Cruz**

---

## Alumina do Norte do Brasil

O projeto social Barcarena do Futuro, apoiado pela Alumina, tem como objetivo estimular atividades produtivas para gerar renda a pessoas desempregadas ou subempregadas da região de Barcarena, no Pará. As pequenas comunidades são incentivadas a se organizar em empresas ou cooperativas de produção, o que possibilita seu desenvolvimento e as torna auto-sustentáveis. Atualmente as atividades produtivas vão desde o plantio de feijão caupi até a psicultura. Cerca de seiscentas famílias já foram beneficiadas.

## Amanco Brasil

A Amanco Brasil vem desenvolvendo, desde 1996, uma série de ações visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão social de minorias nas comunidades locais de Joinville, em Santa Catarina. O Projeto Jovem Cidadão, em parceria com a prefeitura, seleciona jovens para trabalhar em jornadas de quatro horas diárias com remuneração de um salário mínimo mensal. O Projeto Oficina Protegida, também em parceria com a prefeitura, objetiva a recuperação gradativa de pessoas com deficiência para reintegrá-las no mercado de trabalho. O Programa Incentivo ao Trabalho atende adolescentes que não conseguem acompanhar o ensino regular. Ao todo, 180 pessoas são beneficiadas.

## Barracões Culturais da Cidadania

Os Barracões Culturais da Cidadania foram construídos em 1997 com o objetivo de reduzir os níveis de violência na cidade de São Paulo, ao estimular a cidadania e a prática cultural. Suas atividades não seguem um padrão acadêmico: são releituras da realidade e da vivência dos participantes e os temas são quase sempre vinculados a problemas locais. O projeto, desenvolvido pelo Departamento de Cultura de Itapeverica da Serra, tem como parceiros a Natura, responsável pelo pagamento dos monitores, associações de bairro e paróquias, as Secretarias Municipais de Saúde e da Promoção Social, a Vara da Infância e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) da Polícia Militar.

## Celulose do Maranhão (Celmar)

A empresa, que pertence à Companhia Vale do Rio Doce, iniciou o projeto Agricultura Social em 1994, na região de Imperatriz, no Maranhão. Seu objetivo é inserir trabalhadores sem terra no contexto produtivo local, por meio do empréstimo de áreas férteis das fazendas da Celmar para as associações de agricultores da região. O acordo é feito em forma de comodato, para o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e outras culturas de subsistência. As associações que participam do projeto têm o compromisso de doar 10% da produção para entidades beneficentes. O projeto favorece seiscentas famílias.

## Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho

A Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho, vinculada à Secretaria de Cidadania, Justiça e Trabalho, visa depurar as denúncias relacionadas às condições de trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul. Os resultados foram a diminuição da incidência de trabalho infantil e a implementação do Programa de Ações Integradas (PAI), em parceria com diversas secretarias de Estado e organizações não-governamentais, para promover nas carvoarias ações sociais como atendimento médico e mutirões para o fornecimento de documentos.

## Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)

A Cemig investe em programas de ensino para seus funcionários desde 2001, quando criou o Programa Educação Básica, que formou seiscentos empregados no nível fundamental. Em parceria com a Escola de Formação Profissional de Sete Lagoas, a empresa efetivou em seu quadro de funcionários cerca de 5.600 jovens aprendizes desde 1973.

## Doceria Beijinho Doce

A empresa Beijinho Doce, da cidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Criança Cidadã, prepara jovens da Febem para ingressar no mercado de trabalho. Após receber treinamento, são contratados para trabalhar em diversas áreas da empresa. Atualmente, 50% dos funcionários da Beijinho Doce são egressos do instituto. A Bolodoação, outra ação desenvolvida pela empresa, doa parte da renda obtida com a venda de bolos para a Fundação Abrinq.

## Natura Cosméticos

Visando melhorar as condições de trabalho de seus funcionários, a Natura mantém em suas duas unidades creches e berçários com capacidade para receber 165 crianças entre 4 meses e 3 anos e 11 meses de idade. Organizados para atender aos dois turnos dos funcionários das áreas de produção, distribuição e administração, os berçários e creches funcionam em média treze horas por dia, de segunda a sábado. As instalações servem também para estruturar atividades voltadas para a preservação da saúde, apoio ao desenvolvimento infantil e estímulo ao aleitamento materno.

## Organizações Globo

A Fundação Roberto Marinho, apoiada pelas Organizações Globo, criou o Canal Futura, que mantém programas culturais e de mobilização comunitária. São exemplos a série *Alimente-se bem por R\$ 1,00*, que estimula o aproveitamento de alimentos descartados, e o programa *Prato do dia*, que dá dicas de receitas baratas, saúde e segurança alimentar. Em 1986, a empresa criou, em parceria com o Unicef, o Criança Esperança. A campanha visa arrecadar fundos para instituições que trabalham com programas sociais voltados para crianças e adolescentes. O Natal Sem Fome, outra iniciativa da organização, arrecadou no ano passado 3,5 mil toneladas de alimentos, que beneficiaram mais de 1,5 milhão de pessoas.

## RLM Comércio de Alimentos

A empresa RLM, franquia da multinacional McDonald's que atua na Baixada Santista, no litoral de São Paulo, desenvolve o Projeto Resgatando há seis anos. O objetivo do programa é incluir jovens carentes ou ex-dependentes de drogas no mercado de trabalho. São ministradas atividades que visam resgatar valores e desenvolver potencialidades das quarenta crianças e adolescentes que participam das oficinas. A empresa contribui fornecendo material escolar, uniformes e merenda. Atualmente, vinte adolescentes estão trabalhando como atendentes nas franquias do McDonald's da região.

## Viação Santa Cruz

A Instituição de Incentivo à Criança e ao Adolescente (ICA), criada pela Viação Santa Cruz, em Mogi Mirim, em São Paulo, dá apoio a jovens de 10 a 16 anos em atividades pedagógicas, de lazer e saúde. Atualmente 150 crianças e adolescentes de baixa renda são beneficiados. A instituição também oferece acompanhamento às famílias e encaminha beneficiados às escolas públicas do município. A empresa foi a principal articuladora da criação do Grupo Empresarial de Ação Social de Mogi Mirim.

# SITES DE REFERÊNCIA

[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

[www.iadb.org](http://www.iadb.org)

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

[www.iadb.org/exr/por](http://www.iadb.org/exr/por)

Banco Mundial.

[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

Datasus (dados sobre o Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde).

[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

[www.developmentgateway.org](http://www.developmentgateway.org)

Development Gateway (dados sobre desenvolvimento sustentável e redução da pobreza).

[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

[www.web-brazil.com/gestaolocal](http://www.web-brazil.com/gestaolocal)

Gestão Local (Rede de Bancos de Dados sobre Gestão Local).

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Governo Federal.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Ministério da Saúde.

[www.who.int](http://www.who.int)

Organização Mundial da Saúde (OMS).

[www.opas.org.br](http://www.opas.org.br)

Organização Pan-Americana da Saúde.

[www.un.org](http://www.un.org)

Organização das Nações Unidas (ONU).

[www.unesco.org](http://www.unesco.org)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

<http://inovando.fgvsp.br/>

Programa Gestão Pública e Cidadania.



## Instituto Ethos

O **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social** é uma associação de empresas de qualquer tamanho e setor interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. Criado em 1998, tem como missão disseminar a prática da responsabilidade social empresarial ajudando as empresas a:

- Compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
- Implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para alcançar sucesso econômico sustentável a longo prazo;
- Assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são impactados por suas atividades;
- Demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno de longo prazo sobre seus investimentos;
- Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
- Prosperar contribuindo para um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

## Programa Gestão Pública e Cidadania

O **Programa Gestão Pública e Cidadania**, da Eaesf-FGV, tem por objetivo disseminar e premiar iniciativas inovadoras introduzidas pelos poderes públicos estaduais e municipais (seja do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário) e por organizações próprias dos povos indígenas. Dentro desse programa, foi criado em 1998 o **Projeto Práticas Públicas e Pobreza**, direcionado para a pesquisa aplicada e a divulgação de práticas e conhecimentos sobre a temática específica da pobreza e a participação de diferenciados atores sociais em seu enfrentamento. Pretende-se, assim, contribuir com o debate nacional sobre soluções concretas e alternativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social das populações pobres.

Realização

INSTITUTO  
**ETHOS**

EMPRESAS E  
RESPONSABILIDADE  
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL  
RESPONSIBILITY

[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

Patrocínio

AVON



**CYRELA**  
[www.cyrela.com.br](http://www.cyrela.com.br)

BRAZIL  **REALTY**  
[www.brazilrealty.com.br](http://www.brazilrealty.com.br)



**MOTOROLA**

**Sadia**

Apoio Institucional



Organização  
interesistêmica  
para a cooperação ao  
desenvolvimento